

ECONOMISTAS



A Economia vista por elas

Mulheres Economistas: reflexões sobre os avanços e limites no século XXI

Mariana Jansen

Gênero e outras desigualdades: mercado de trabalho, influências e perspectivas

Tânia Teixeira,
Emanuelle da Silveira,
Pamela Sobrinho e
Valquíria Assis



SUMÁRIO

NOTA DO COFECON: PARA ALÉM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO	4
MULHERES E A ECONOMIA; MULHERES ECONOMISTAS: REFLEXÕES SOBRE OS AVANÇOS E LIMITES NO SÉCULO XXI – MARIANA JANSEN	6
GÊNERO E OUTRAS DESIGUALDADES: MERCADO DE TRABALHO, INFLUÊNCIAS E PERSPECTIVAS – TANIA CRISTINA TEIXEIRA, EMANUELLE ARAÚJO DA SILVEIRA, PAMELA LORRANY SOBRINHO E VALQUÍRIA APARECIDA ASSIS	13
TORNANDO AS EMPRESAS MAIS EQUÂNIMES E PLURAIS: POR MAIS MULHERES NEGRAS NOS CARGOS EXECUTIVOS E NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – LIA LOPESALMEIDA	20
EDUCAÇÃO FINANCEIRA, INCLUSÃO FINANCEIRA E NOVOS PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO – SILVANA PARENTE	25
REFLEXÕES SOBRE A POBREZA: A MISERABILIDADE COMO FRUTO DE MÚLTIPLOS FATORES – JAKELINE ZAMPIERI	30
OS DESAFIOS DAS MULHERES NA CARREIRA DOCENTE DE ECONOMIA– CAMILA KIMIE UGINO E GRASIELA CRISTINA DA CUNHA BARUCO	37
SUSTENTABILIDADE: O PLANETA TERRA PEDE SOCORRO–NANCY GORGULHO	40
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PELA PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO REGIONAL– GLEICY DENISE VASQUES MOREIRA E LÍDIA MARIA RIBAS	43

EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda

Vice-presidente: Denise Kassama Franco do Amaral

Conselheiros efetivos

Antonio Corrêa de Lacerda
Denise Kassama Franco do Amaral
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Antonio Melki Jr.
Carlos Alberto Safatle
Clovis Benoni Meurer
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Herick Santos Hossoé
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Roberto Polli Lobo
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Conselheiros suplentes

Aldenor Gomes de Paiva
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior
Eduardo Reis Araújo
Fabiola Andréa Leite de Paula
Henri Wolf Bejzman
João Bosco Ferraz de Oliveira
Luiz Antonio Rubin

Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Nei Jorge Correia Cardim
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Roberto de Jesus
Paulo Salvatore Ponzini
Róridan Penido Duarte
Sávio de Jesus Tourinho da Cunha
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselho Editorial

Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)
Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Herick Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado
Maria Cristina de Araújo
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Herick Santos Hossoé (Vice
Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Jr.
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Lauro Chaves Neto
Maria de Fátima Miranda
Paulo Roberto de Jesus
Wellington Leonardo da Silva

Assessoria de Comunicação

Natália Kenupp – Assessora
Manoel Castanho – Jornalista
Caroline Rodrigues – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração

Caroline Rodrigues

Impressão

Forte Gráfica e Editora LtdaME

Tiragem

10.000 exemplares
ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

EDITORIAL

DESAFIOS PARA 2020

É uma grande honra para mim ter sido eleito pelos meus pares para presidir o Cofecon. É um privilégio, depois de 20 anos, voltar a ocupar este cargo. Vamos fazer o melhor para contribuir para a categoria, junto a com a vice-presidente Denise Kassama, o grupo de conselheiros federais, os Corecons e o corpo funcional do sistema.

Há muito o que fazer para preservar e ampliar a atuação dos economistas profissionais, influenciar a sua formação e estimular o debate dos grandes temas nacionais. Nesse sentido, o trabalho será uma continuidade. Há pelo menos uma década atingimos um elevado grau de maturidade na governança do Sistema Cofecon/Corecons que nos tranquiliza para implementar o Programa de Trabalho aprovado, cujos detalhes estão sendo divulgados.

Neste número especial da revista trazemos uma homenagem ao mês da mulher, com destaque para o trabalho das economistas, autoras dos excelentes artigos em tela.

Temos um grande desafio de curto prazo que é rechaçar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 108, que prevê a desregulamentação de 31 profissões reguladas pelos seus respectivos conselhos. Trata-se de um trabalho que estamos desenvolvendo com os demais conselhos profissionais, pois afeta não somente os profissionais envolvidos, mas a toda a sociedade.

Sob o ponto de vista macroeconômico é preciso retomar o crescimento do País, em bases mais robustas e sustentadas. O nível médio atual da produção industrial é equivalente ao de dez anos atrás, período ainda marcado pelos efeitos da crise subprime nos EUA. A indústria vive uma longa estagnação e um processo precoce de desindustrialização

com perda substancial de participação no PIB, hoje restrita a cerca de 10%, contra uma média internacional de 16%, e bem abaixo do verificado em países como México (17,5%) e Coreia do Sul (27,6%).

Vários foram e são os fatores que contribuíram para essa situação. Há os de ordem macroeconômica, como também aqueles relacionados à ausência de uma política de competitividade favorável, como também outros de ordem microeconômica. O desenvolvimento, na sua acepção mais ampla, contempla, além do crescimento econômico, condição necessária, porém não suficiente, o respeito ao meio ambiente, preservando-o para as gerações futuras e a questão social.

Um país com as nossas desigualdades regionais e de renda não pode abrir mão de políticas públicas que acelerem a diminuição das disparidades. Para isso precisa contar com órgãos de fomento, como os bancos e agências públicas, os quais são fundamentais para promover ações que promovam o desenvolvimento.



ANTONIO CORRÊA DE LACERDA **PRESIDENTE DO COFECON**

Doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor-doutor e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Lacerda foi economista-chefe e diretor de economia de empresas e organizações, e atua como consultor econômico. É articulista assíduo de publicações, comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura) e autor de cerca de 20 livros na sua área de atuação, tendo sido um dos ganhadores do Prêmio Jabuti, na área de economia, no ano 2001, pelo seu livro "Desnacionalização".



NOTA DO COFECON

PARA ALÉM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

A maioria dos economistas estão projetando elevação do crescimento do PIB em 2020, mesmo que para taxas ainda insatisfatórias. Os últimos anos têm se iniciado assim, mas neste as revisões começaram para maior, embora ainda seja prematuro, demandando minucioso acompanhamento. Em todo caso, desta vez as condições e indicadores estão mais favoráveis. Muitos atribuem ao aumento da confiança decorrente das reformas já ocorridas e em discussão. Contudo, ainda que tal confiança possa ter alguma influência, não seria a principal responsável por essa esperada elevação.

Existem fatores mais importantes influenciando, como: demanda reprimida, e recursos ociosos, juros mais baixos – incentivando investimentos com recursos próprios e compra de imóveis – câmbio desvalorizado – melhorando os preços para as exportações e os substitutos das importações – e distensão do controle de gastos públicos – levando à expansão real de 2,7% nos gastos primários do governo central, contudo viabilizados com vendas de ativos públicos. A substituição do investimento público pelo privado, em países como o Brasil, é exceção. A regra são os públicos induzirem os privados, elevando o potencial de crescimento futuro.

O crescimento é essencial, sobretudo para países em desenvolvimento, mas outras questões econômicas, como a re-

dução das desigualdades e preservação do meio ambiente, vêm adquirindo crescente importância na conscientização da sociedade e em suas demandas. Na verdade, o crescimento deve ser um meio de elevar a qualidade de vida de todos.

Políticas como o teto de gastos, a reforma trabalhista e a previdenciária têm corrido para aumentar as desigualdades. O estudo "A Escalada da Desigualdade", da FGV, mostra o índice Gini se elevar do nível 0,60, no quarto trimestre de 2014, indicando que a concentração de renda no país atingiu seu mínimo histórico, para 0,63, desde o início de 2018. No mesmo sentido, a redução do papel do Estado, com o desmonte de suas instituições, privatizações e reduções no seu tamanho, em nome do muito discutível aumento de eficiência, levarão a uma degradação ainda maior das condições de vida da grande maioria da população.

Corrupção e ineficiência precisam ser combatidas permanentemente, tanto no setor público quanto no privado, pelas devidas instituições, com imparcialidade e objetividade. Não é desacreditando e debilitando o Estado que alcançaremos um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Não existem casos, na história da humanidade, de tal processo de desenvolvimento, sem a participação, ativa e decisiva, do Estado.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA.

“O crescimento é essencial, sobretudo para países em desenvolvimento, mas outras questões econômicas, como a redução das desigualdades e preservação do meio ambiente, vêm adquirindo crescente importância na conscientização da sociedade e em suas demandas.”

MULHERES E A ECONOMIA

Mulheres economistas: reflexões sobre os avanços e limites do século XXI

MARIANA JANSEN

Professora-doutora do Departamento de Economia e da Pós-graduação em Economia Política na PUC-SP.



Ao final da década de 2010, diversos cargos-chave de economista, de algumas das principais organizações internacionais da área ou correlatas, eram ocupados por mulheres: Gita Gopinath, no Fundo Monetário Internacional (FMI); Pinelopi Goldberg, no Banco Mundial; Laurence Boone, na OCDE; e Beata Javorcik, no Banco de Reconstrução e Desenvolvimento da União Europeia (EBRD). Além disso, a presidência do Federal Reserve Board (FED) – o “Banco Central” estadunidense – desde 2014 pela economista Janet Yellen, e mesmo a marcante presidência da advogada, mas em uma atuação na área econômica, Christine Lagarde, presidente do FMI por mais de oito anos (2011-2019) e depois do Banco Central europeu, seriam todas claras evidências de que as restrições que existiam à participação profissional feminina, especificamente no campo econômico, seriam algo do passado.

No Brasil, a presença de mulheres economistas em posições semelhantes parece mais frágil. Exceções são identificáveis: importantes formuladoras da economia do país (como a portuguesa Maria da Conceição Tavares até, recentemente, Laura Carvalho), passando por uma ministra da economia (Zélia Cardoso de Mello) até a única presidente mulher

até hoje no país, a economista Dilma Rousseff.

No entanto, os exemplos existentes no país, e mesmo a relevante presença no cenário internacional, não podem obscurecer reflexões mais profundas e estruturais sobre a relação entre a mulher e a economia.

A maior presença feminina deve ser contextualizada dentro de um debate econômico mais amplo: como a mulher e a economia se relacionam neste início de século XXI? Isso porque, se de um lado, as últimas décadas apresentaram um importante aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, a partir de melhores níveis educacionais, e alcançando posições relevantes e rendimentos elevados, por outro lado, de forma estrutural, a inserção feminina no mercado de trabalho manteve-se limitada e com rendimentos menores do que a do homem e a mulher acumulou dupla jornada de atividades.

De forma ainda mais profunda, conforme abordado por Hirata (2015 apud Lapa, 2018), diversas das características do capitalismo das últimas décadas, liberal e globalizado, tenderam a impactar predominantemente sobre as mulheres: mais empregos femininos vulneráveis; desregulamentação de mecanismos de proteção às mulheres; retirada de políticas de auxílio aos



“A inserção feminina no mercado de trabalho manteve-se limitada e com rendimentos menores do que a do homem e a mulher acumulou dupla jornada de atividades.”

cuidados às crianças e idosos, ampliando a carga de responsabilidades das mulheres para além do trabalho remunerado. No que diz respeito especificamente às economistas, é importante observar se os "exemplos de sucesso" no cenário internacional são de fato indícios de uma mudança sistemática e profunda ou exceções que continuam, na verdade, reforçando a regra: o mundo econômico ainda é, predominantemente, masculino.

MULHERES E A ECONOMIA

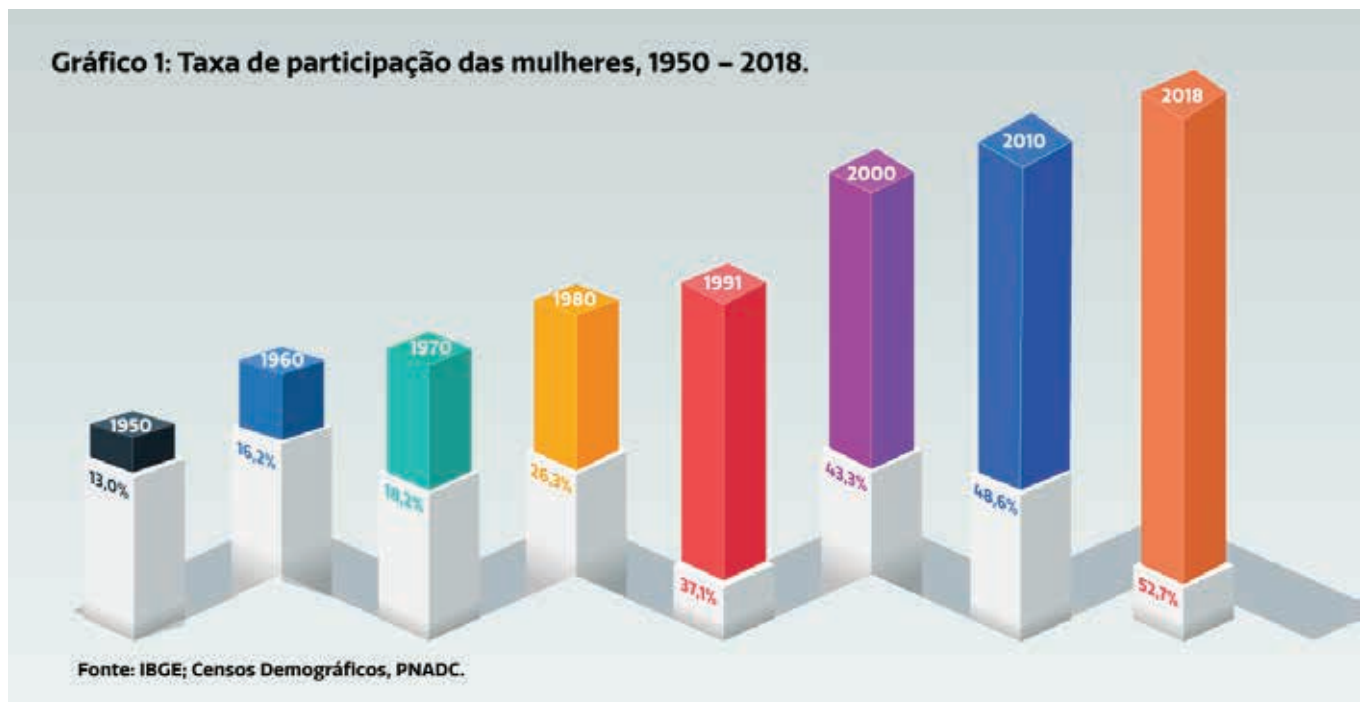
A análise econômica sobre a relação entre as mulheres e seu impacto econômico pode, evidentemente, ocorrer de diversas formas.

Neste breve artigo, temos como objetivo apontar alguns dos temas mais caros à reflexão sobre a relação mulher-economia, indicando alguns elementos de reflexão e importantes te-

máticas que merecem (ainda maior) atenção na ciência econômica. A primeira é a relação entre a mulher e o trabalho, sob duas perspectivas – relacionadas: a elevada alocação feminina de horas para atividades não remuneradas e sua participação no mercado de trabalho. Diversas autoras (Saffioti, 2013; Hirata, 2014) apresentaram o histórico de divisão social do trabalho e o lugar que, de forma predominante, as mulheres tiveram durante séculos nas relações sociais, do ponto de vista do trabalho doméstico.

No entanto, como verificável em diversas partes do mundo, incluindo no Brasil, é claro como a taxa de participação da mulher, ou seja, a parcela das mulheres inseridas no mercado de trabalho, ampliou-se de forma significativa ao menos desde os anos 1950 (gráfico 1).

Em paralelo a maior inserção profissional, a educação das mulheres come-



“Em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, a taxa de participação da mulher, ou seja, a parcela das mulheres inseridas no mercado de trabalho, ampliou-se de forma significativa ao menos desde os anos 1950.”

ça a se ampliar em todos os níveis educacionais. Nessa década, três fatores (influenciados por transformações culturais e sociais, e que tenderam a se reforçar) ocorreram: aumento dos níveis educacionais femininos, com importante redução no hiato de gênero; ampliação na taxa de participação

O rápido aumento da escolaridade feminina fez com que, já na década de 1980, elas se tornassem a maioria no ensino superior no país. Em 2016, dentre a população com 25 a 44 anos, 15,6% dos homens e 21,5% das mulheres possuía ensino superior completo (tabela 1).

A maior escolaridade das mulheres, assim como sua maior participação no mercado de trabalho, não lhes gerou, no entanto, rendimentos mais elevados (tabela 2). Em todas as faixas educacionais, ao comparar homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho, os homens têm sempre rendimentos mais elevados do que as mulheres. Além disso, quanto mais elevado o nível educacional, maior a diferença de rendimento: de 1,4 vezes para os que possuem até 8

anos de escolaridade, passando para 2,5 vezes na média entre homens e mulheres com mais de quinze anos de estudo. Dado o tamanho da diferença de rendimento nas ocupações com maior escolaridade, o trabalho realizado por Leone e Portilho (2018), a partir dos dados da PNAD 2013, explicita essa diferença nos rendimentos médios dentro dos grupos de ocupação das mulheres. Além disso, quanto mais elevado o nível educacional, maior a diferença de rendimento: de 1,4 vezes para os que possuem até 8 anos de escolaridade, passando para 2,5 vezes na média entre homens e mulheres com mais de quinze anos de estudo. Dado o tamanho da diferença de rendimento nas ocupações com maior escolaridade, o trabalho realizado por Leone e Portilho (2018), a partir dos dados da PNAD 2013, explicita essa diferença nos rendimentos médios dentro dos grupos de ocupação.

Considerando todas as ocupações, formais e informais, o salário médio das mulheres era 76% dos homens em 2016: R\$ 1.764 frente a R\$ 2.306 (tabela 1).

Tabela 1: Indicadores de Gênero, dados selecionados. 2016.			
Ensino Superior Completo (25 a 44 anos)		15,6%	21,5%
Salário		R\$ 2.306	R\$ 1.764
Ocupação cargos cheia ou gerência		60,9%	39,1%
Trabalho de tempo parcial		28,2%	14,2%
Taxa de desocupação – 15 a 24 anos	2012	13,4%	19,3%
	2016	24,1%	31,3%
Média de horas dedicadas a afazeres e cuidados domésticos (semanais)		10,5	18,1

“A baixa presença feminina fez com que alguns temas na economia sejam pouco estudados e que determinadas concepções econômicas tenham um viés predominante decorrente da maior participação masculina.”

Tabela 2: Distribuição da população ocupada, proporção de mulheres e razão entre rendimentos médios por hora de trabalho de mulheres (RMM) e de homens (RMH), conforme grandes grupos de ocupação. Brasil, 2013

Grupos de Ocupação	Homem	Mulher	%Mulher	RNM/RMH
Dirigentes	5,6	4,6	38,0	74,1
Profissionais Ciências e Artes	6,0	13,6	63,0	64,3
Técnicos de nível médio	6,7	7,3	44,8	71,3
Serviços administrativos	6,7	15,4	63,4	79,9
Trabalho na produção	38	7,6	13,2	70,1
Serviços	11,7	30,7	66,5	79,2
Vendas	8,0	11,6	52,3	72,8
Agrícola	15,7	9,0	30,1	39,1
Forças Armadas	1,5	0,2	7,5	108,0

Fonte: PNAD (2013 apud Leone; Portilho, 2018)

Além dos salários mais baixos, e talvez reforçado por isso, a força de trabalho feminina continua sendo a principal responsável pela realização dos afazeres domésticos e de cuidados pessoais. Enquanto os homens alocam, em média, 10,5 horas por semana neste tipo de atividade, as mulheres despendem 18,1 horas (tabela 2), sendo a diferença até maior entre as mulheres que trabalham. Isso significa que as mulheres ou são submetidas a duplas jornadas de trabalho, em um padrão social que ainda vincula, de forma predominante, a mulher ao cuidado do mundo privado e como uma força de trabalho secundária (Abramo, 2007), mesmo em países

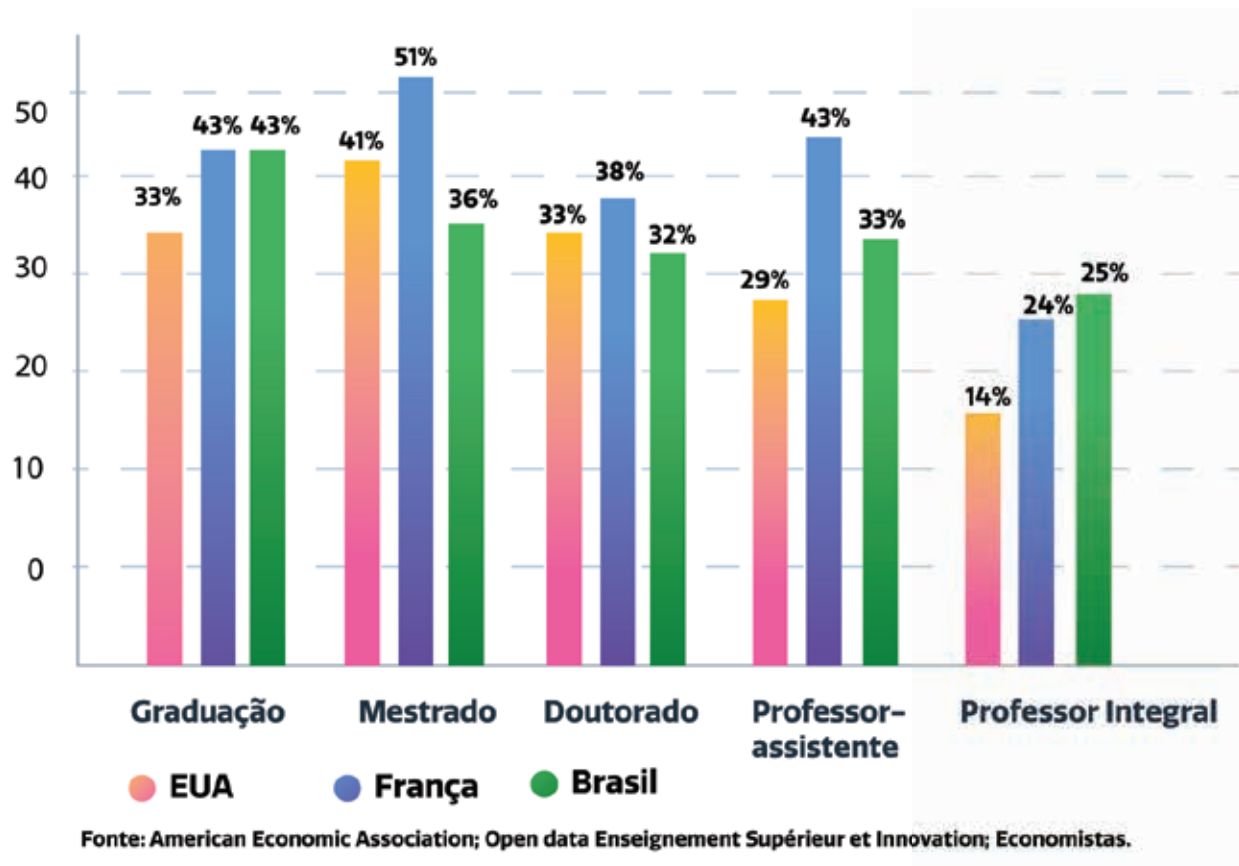
de alta renda (Picchio, 2018) ou têm sua inserção no mercado de trabalho limitada.

MULHERES ECONOMISTAS

De acordo com dados do Conselho Federal de Economia (Cofecon), em 2018, 26,8% dos registros profissionais de economia eram de mulheres.

No entanto, ao se analisar a presença de mulheres na graduação em economia no Brasil, elas representavam 43% das formandas em 2017. Embora isso signifique que sejam minoria no curso – diferente do que ocorre na maior parte dos cursos superiores – ainda sim é uma participação maior do que registrada na continuação

Gráfico 2: Participação das mulheres na formação de economista; países selecionados. 2017.



na carreira.

Este é um padrão que se verifica também no meio acadêmico, não só no Brasil, mas em outros países analisados (Gráfico 2).

A participação feminina, com exceção do mestrado, tende a diminuir conforme a formação avança (doutoramento) e, principalmente, dentro do quadro docente. Professoras com dedicação integral são apenas $\frac{1}{4}$ dos quadros docentes no Brasil e na França e menos de 15% nos Estados Unidos.

A baixa presença de mulheres faz com que o próprio campo de reflexão da ciência econômica é afetado pela pequena presença de mulheres. De acordo com artigo de May, Kuceira e McGarvey (2018), publicado em uma revista

do FMI, a baixa presença feminina fez com que alguns temas na economia sejam pouco estudados e que determinadas concepções econômicas tenham um viés predominante decorrente da maior participação masculina. As duas maiores disparidades verificadas na pesquisa ocorreram em termos de percepção sobre a relação entre Estado e mercado e a questão ambiental. Os homens, na média, priorizaram soluções de mercado e as mulheres uma maior intervenção estatal, especialmente no que diz respeito a legislação de proteção trabalhista. Quanto à questão ambiental, as mulheres economistas defenderam de forma mais explícita a incorporação de preocupações com o meio ambiente como taxas para reduzir a emissão de dióxido de carbono; para

promover energia renovável; para banir produção com sementes transgênicas. Cabe destacar ainda diferenças de percepção sobre as prioridades de alocação de recursos públicos (com as mulheres reprovando gastos militares elevados) e mesmo diferenças em metodologia de ensino, com as economistas mais propensas a valorizar a interdisciplinaridade na formação dos que os homens.

Essa pesquisa contribui para a hipótese de que a menor presença de mulheres economistas gera vieses no próprio campo de estudo e nas prioridades econômicas e políticas que a ciência econômica fornece. Dentro de uma reflexão heterodoxa e crítica ao mainstream econômico, a preocupação com a maior participação feminina deveria ser ainda maior.

As hipóteses para a baixa presença de mulheres economistas são diversas: preconceito enraizado frente às mulheres, quer seja no meio acadêmico ou no mercado financeiro; predominância da economia neoclássica que gera pouco interesse; persistência de divisões tradicionais de responsabilidade, que fazem com que a mulher, principalmente quando a família decide por ter filhos, postergue sua carreira. Esses diferentes elementos devem ser incorporados na reflexão da economia crítica e considerados não só com objetivo de ampliar a equidade entre homens e mulheres, mas a fim de tornar a ciência econômica ainda mais rica e propositiva.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES PARA A LEITURA

- Abramo, L.W. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária? Tese doutoramento; São Paulo, USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.
- American Economic Association. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/about-aea/committees/cswep/survey> Acesso em: nov. 2019
- Economistas. Disponível em: <http://paineira.usp.br/bwe/wp-content/uploads/2019/03/Relat%C3%B3rio-Final.pdf> Acesso em: nov. 2019
- Hirata, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, p. 61-74, 2014.
- IBGE. Censos Demográficos. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html> Acesso em: jan. 2020.
- IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Notas técnicas. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas; Informação Demográfica e Socioeconômica nº 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em: jan. 2020
- Lapa, T.S. Divisão sexual do trabalho sob a ordem neoliberal. In: Grecco, F.S.; Furno, J.C.; Teixeira, M.O. Dossiê: Economia Feminista. Temáticas. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, ano 26, nº 52, 2018, p. 247-284.
- Leone, E.T.; Portilho, L. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. In: Grecco, F.S.; Furno, J.C.; Teixeira, M.O. Dossiê: Economia Feminista. Temáticas. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, ano 26, nº 52, 2018, p. 227-103.
- May, A.M.; Kucera, D.; McGarvey, M.G. Mind the gap. *FMI: Finance & Development*, jun. 2018, p. 54-56.
- Open data Enseignement Supérieur et Innovation. Disponível em: <https://data.enseignementsup-recherche.gouv.fr/pages/home/> Acesso em: nov. 2019
- Picchio, A. Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho. In: Grecco, F.S.; Furno, J.C.; Teixeira, M.O. Dossiê: Economia Feminista. Temáticas. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, ano 26, nº 52, 2018, p. 69-103.
- Saffioti, H. A mulher na sociedade de classe: mito e realidade. 3ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.



GÊNERO E OUTRAS DESIGUALDADES:

Mercado de trabalho,
influências e perspectivas.



EMMANUELE ARAUJO DA SILVEIRA

Bacharel em Ciências Econômicas pela PUC-Minas. É conselheira do Corecon-MG, funcionária do quadro técnico-administrativo da Pró-reitoria de Extensão da PUC-Minas e presidente da Associação dos Servidores da PUC-Minas.



VALQUIRIA APARECIDA ASSIS

Graduada em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Newton Paiva com especialização em Marketing Político: Mídia, Comportamento Eleitoral e Opinião Pública pela UFMG. Atualmente, é conselheira do Corecon-MG e cursa especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Unicamp.



PAMELA LORRANY SOBRINHO

Graduada em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Newton Paiva e pós-graduada em Controladoria e Finanças pela ESAB. Analista de Arrecadação da Fiemg. É conselheira do Corecon-MG e vice-presidente do Instituto Corecon Cultural.



TANIA CRISTINA TEIXEIRA

Graduada em Ciências Econômicas pela PUC-Minas, mestre em Ciência Política pela UFMG, Master-DEA e doutora em Economia Aplicada pela Universidad de Valencia. Atualmente é presidenta do Corecon-MG, pesquisadora do Nutra/Proex/PUC-Minas e professora da PUC-Minas nos cursos de Economia, Direito e Turismo.

A desigualdade de gênero encontra-se presente na estrutura social, tendo se perpetuado através de uma construção patriarcal que “permeia toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura”. (CASTELLS, 1999, p.169). Ao gênero, somam-se ainda as diferenças de classe, raça, orientação sexual, entre outros fatores identitários, que resultam em práticas discriminatórias concomitantes.

Pode-se considerar que "a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros. Não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia". (Saffioti, 1992, p. 210, in Carloto).

Neste contexto, a divisão sexual do trabalho sempre atuou como um dos mecanismos de exclusão da mulher, com forte ligação à dicotomia público-privado: as funções laborais sempre foram divididas socialmente partindo de "uma lógica sexista, que associava as mulheres à esfera doméstica e delegava aos homens as funções relacionadas ao trabalho fora e à interação com outros indivíduos". (OLIVEIRA, 2019, p. 10).

Sendo assim, ao passo em que as mulheres brancas e de classes dominantes permaneceram isoladas em seus lares, financeiramente dependentes de seus pais ou cônjuges, sem autonomia para a escolha de sua própria profissão, as mulheres negras eram submetidas à escravidão e ao trabalho pesado na lavoura, e às mulheres pobres restava a venda de força laboral a preços ínfimos e condições precárias, apenas por estarem, supostamente, fora de seu lugar de pertencimento.

A herança de uma sociedade construída com base em diversas formas de discriminação, sempre associadas ao gênero, é o que resulta, até hoje, em condições desiguais de trabalho para as mulheres e, conseqüentemente, da participação econômica das mesmas. "Mulheres recebem menos que homens para exercerem os mesmos cargos; mulhe-

res são preteridas pelos empregadores dadas as possibilidades de afastamento por gravidez ou para cuidar dos filhos; mulheres pobres ou mães solo têm jornada dupla [...], mulheres negras são afastadas dos estudos desde cedo e relegadas a funções relativas ao cuidado, como na cozinha ou limpeza [...]". (OLIVEIRA, 2019, p.9).

Há de se considerar também que "os baixos salários recebidos pelas mulheres têm explicação nas interpretações históricas, pois os ganhos recebidos pelos homens seriam calculados de modo a garantir a sua sobrevivência e a reprodução da família e os salários das mulheres seriam definidos como ganhos adicionais ao salário do homem, que seria satisfatório para o seu próprio sustento e o da família". (PINHEIRO et al., 2008).

No Brasil, no entanto, o inconformismo com essa situação também emergiu juntamente com outros movimentos de emancipação, em âmbito nacional e internacional. A igualdade de direitos e condições trabalhistas sempre foram pautas de destaque no movimento feminista, ganhando forte adesão na década de 70. Hoje, as mulheres já estão presentes nos mais diversos setores de atividades, com altas taxas de emprego formal e informal, embora ainda não totalmente equânimes, o que seria de suma importância para sua emancipação econômica e social. Conforme explicam as pesquisadoras da Fundação João Pinheiro (FJP):

"A População Economicamente Ativa feminina observou incrementos consideráveis no Brasil. Sua taxa de atividade aumentou de 47% para 53% entre 1993 e 2005 (BRUSCHINI, 2007). São diversas as causas dessa participação feminina maior no mercado de trabalho ao longo do tempo. Entre elas, a queda de fecundidade,

*As autoras agradecem à jornalista Gabriela Carraro Oliveira, assessora de comunicação do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), pelas contribuições com este artigo.

particularmente em cidades e regiões mais desenvolvidas do país, a diminuição do tamanho das famílias, o incremento da expectativa de vida e o conseqüente envelhecimento da população, além do importante crescimento no número de domicílios chefiados por mulheres a partir da década de 1980 (BRUSCHINI, 2007). Ao mesmo tempo, o incremento nos níveis de escolarização tornou possível o acesso de mulheres a diferentes oportunidades de trabalho, aquelas dotadas de maior status social." (RIANI et al., 2014, p.2).

"A herança de uma sociedade construída com base em diversas formas de discriminação, sempre associadas do gênero, é que resulta, até hoje em condições desiguais de trabalho para as mulheres."

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que visa "acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução [...] da força de trabalho do país"², no segundo semestre de 2013 a taxa de ocupação das mulheres brasileiras era de 42,4 %, dado inferior embora não tão discrepante da taxa de ocupação masculina (57,6%). Na região Sudeste, a aproximação era ainda maior: 43,6% da força de trabalho eram representados pelas mulheres, e os outros 56,4%, pelos homens.

Ao compararmos estes dados com os de pesquisas mais atuais, verificamos que, pouco a pouco, as taxas vão se equiparando e chegando mais perto de um equilíbrio. No último trimestre de 2019, as mulheres já representavam 43,9% da população brasileira

empregada, enquanto em relação ao Sudeste, ocupavam 45% do mercado de trabalho.

É importante, porém, ressaltar que o número de mulheres em idade de trabalhar (com 14 anos ou mais) sempre foi maior em todo esse período: em 2013, elas representavam 52,3% da população em uma perspectiva nacional, e em 2019, 52,4%. Por esse motivo, para que haja uma real equiparação da presença de homens e mulheres no mercado, é preciso que isso ocorra de forma proporcional, ou seja: com mais mulheres do que homens trabalhando. Tendo por base o crescimento desses indicadores ao longo dos últimos seis anos, é esperada uma equiparação em breve, já que a população feminina empregada vem crescendo, sobretudo no Sudeste e no Sul, mesmo que o nível da ocupação em relação à desocupação tenha caído de 57,1% para 54,8% no Brasil e de 56,4% para 53,3% no Sudeste, entre 2013 e 2019.

Do ponto de vista interseccional, por sua vez, percebe-se que o grau de instrução, a idade e a região de residência afetam, de forma ainda mais destacada que os gêneros, na taxa de emprego e desemprego do país: em 2019, a PNAD Contínua apontou taxa de ocupação de apenas 41,8% para pessoas com ensino fundamental incompleto, enquanto das pessoas com ensino superior completo, 76,4% estavam empregadas. O mercado dá ainda prioridade a adultos entre 25 a 39 anos, enquanto torna-se cada vez menos acessível aos residentes da região Nordeste, que concentra 55% da população em pobreza extrema de todo o Brasil, segundo dados da PNAD Contínua de 2017.

Somente em março de 2018, o IBGE divulgou a primeira pesquisa sobre Estatísticas de gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil, em alusão ao Dia Internacional da Mulher (8 de março). Nela, ficou registrado que as mu-

² Citação retirada da página da PNAD Contínua no site do IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadcm/tabelas>>. Acesso em 05 de fev. de 2020.

lheres estão na frente dos homens quando se diz respeito à escolaridade: 39,4% da população feminina com mais de 25 anos de idade têm ensino superior completo, enquanto a população masculina apresenta 27,7% de graduados. Com isso, e levando em conta que a população com ensino superior é a mais empregada do país, era de se esperar também uma maior taxa de emprego das mulheres, que ainda não ocorreu. Além do mais, mesmo com uma porcentagem maior de nível superior, elas ganhavam um salário médio de R\$ 1.764,00 em 2016, enquanto os homens ganhavam cerca de R\$ 2.306,00, ocupando 21,8% a mais dos cargos de liderança e gestão.

Em relação à escolaridade, salário, cor e raça também influenciam para além do gênero: dos 39,4% da população feminina com ensino superior completo, apenas 10% são pretas, e dos 27,7% de homens graduados, apenas 7% são negros. Segundo dados do Observatório das Desigualdades Sociais (ODS), conformado a partir de uma frutífera parceria entre a FJP e o Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), o salário médio de um homem branco chega a ser 140% maior que o de uma mulher preta ou parda, dado que chega a 38,2% na comparação com o salário de uma mulher branca. A prova de que a raça pode ter mais peso que o próprio gênero é que o salário da mulher branca, mesmo inferior ao do homem branco, ainda é cerca de R\$ 600, em média, maior que o do homem negro. De mulher branca para mulher negra, o salário chega a variar 74,2%.

As mulheres, sobretudo as pretas e pardas, também continuam com a maior média de horas semanais dedicadas ao cuidado da família ou do lar, conforme as estatísticas de gênero do IBGE de 2016: na região Sudeste, enquanto os homens dedicavam apenas 10,7 horas por semana a tais atividades, as mulheres entregavam 18,4 horas de seu tempo, quase o dobro. Isso

mostra que o número de mulheres em jornada dupla é grande, já que no mercado de trabalho a taxa de mulheres empregadas é quase igual à de homens, mas que, mesmo assim, estas continuam a se dedicar muito mais ao lar e à família.

Sobre o fenômeno da jornada dupla, a Revista Retratos, do IBGE, explica:

"[...] O fenômeno da dupla jornada é considerado um impedimento ao aumento da participação feminina na força de trabalho. Em 2018 a taxa de participação delas ainda era quase 20% inferior à dos homens (52,7% no 4º trimestre de 2018 contra 71,5% deles). Segundo a coordenadora de População e Indicadores Sociais do IBGE, Bárbara Cobo, ou acontece a dupla função, ou a trabalhadora em geral acaba empregando outra mulher que a substitui em casa: "muitas vezes gastando todo o salário para contratar alguém que faça o serviço" (PERISSÉ; LOSCHI, 2019, p. 21).

Neste sentido, pode-se afirmar que a entrada da mulher no mercado de trabalho esta condicionada à submissão de outra mulher a uma posição desigual, mantendo e perpetuando o ciclo de desigualdade de gênero. Pode-se considerar também que a economia do cuidado é atribuição pouco remunerada ou sem remuneração, cuja função de cuidar é atribuição com base social atribuída ao gênero feminino. Verifica-se que a "área de cuidados de pessoas, a distribuição dos ocupados pen- de mais para o lado das mulheres, principalmente entre babás, com 96,4% de participação feminina. Na educação, quanto mais jovem o segmento, maior é a proporção. As educadoras infantis mulheres são quase a totalidade do setor (97,3%)". (PERISSÉ; LOSCHI, 2019, p. 24).

Cabe destacar ainda outro fator relevante acerca da condição feminina, dado que a maioria das mulheres...

"[...] ainda tem gravado em seu inconsciente o papel que lhe foi atribuído por décadas e sente-se culpada se não consegue equilibrar os seus papéis de mulher, mãe e profissional. A independência no âmbito do simbólico ainda não ocorreu. O esgotamento físico e mental resultante de uma sobrecarga em face de uma dupla ou tripla jornada de trabalho é uma realidade que merece maior atenção. Embora tenha ocorrido uma mudança de pensamento e atitude com relação aos papéis atribuídos a homens e mulheres, ainda verifica-se a desvalorização do trabalho doméstico que, na maioria das vezes, é conferido às mulheres, o que, inclusive, traz a ela uma sobrecarga de trabalho e a leva, por conseguinte, em muitos casos, a buscar no mercado de trabalho oportunidades que permitam maior flexibilização entre esses dois mundos (público e privado)". (CAVEDON et al. 2005, p.4).

Este padrão de atuação em esferas diversas tem propiciado o adoecimento, inclusive, daquelas mulheres que exercem atividades profissionais que exigem maior qualificação e nível de escolaridade elevado.

Na área de Economia, quando aferimos o número de profissionais registrados no Corecon-MG em 2020, o número de homens é duas vezes maior que o de mulheres: são 1.028 economistas do sexo feminino e 2.586 do sexo masculino.

Com esses dados, é possível concluir que ainda estamos colhendo os frutos de uma construção social perpetuada por diversos fatores discriminatórios estruturais que, na medida em que se somam e se interseccionam, podem afetar mais a alguns indivíduos que a outros. A presença cada vez mais crescente das mulheres no mercado nos dá uma perspectiva otimista de que estão mais livres, aptas e interessadas a "correrem atrás do prejuízo" que lhes foi imposto durante tantos anos do ponto de vista

social, lutando para alcançar postos e condições trabalhistas equânimes em relação aos homens. Porém, o que foi construído em séculos, decerto não será desconstruído em décadas: é preciso aguardar o fator tempo, que tende a ser promissor com a crescente participação de mulheres em movimentos sociais pela equidade, dos mais diversos fatores. Evidente que o salário feminino continua inferior, sobretudo quando falamos de mulheres negras, e que elas ainda são sobrecarregadas com tarefas do lar como um reflexo da sua antiga noção de pertencimento exclusivo ao privado. Apesar disso, ver que as mulheres estão se capacitando e estudando mais que os homens, obtendo mais oportunidades acadêmicas, também é um indicador que nos confere mais esperança, já que é visível o interesse feminino em alterar sua posição de exclusão e almejar a melhoria salarial.

O próximo passo é que os salários de homens e mulheres se equiparem, sobretudo no exercício do mesmo cargo, que elas sejam mais reconhecidas pelos maiores esforços em relação à educação, que as mulheres negras saiam da área dos cuidados e conquistem cargos de liderança tal qual as mulheres brancas já têm alcançado, e que as tarefas domésticas sejam igualmente divididas, já que também são consideradas, inclusive nas pesquisas citadas acima, enquanto atividades laborais. Esses fatores estão sendo lentamente encaminhados, embora permaneçam ainda muito discrepantes.

Averigua-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho ainda nos remete a entender "conflitos relacionados a preconceitos, acúmulo de atividades assim como a própria auto-superação feminina quanto a sua capacidade de desempenhar, assim como os homens, atividades vistas como exclusivamente masculinas. A articulação entre trabalho profissional e trabalho familiar e doméstico (dupla jornada de



trabalho feminina) requer uma reformulação do uso de tempos e espaços, pois as mulheres vivem mais intensamente a tensão da pluralidade dos tempos.” (NEVES, 2013, p. 404-421). É com este intuito que nós, mulheres economistas, nos organizamos no Corecon Mu-

lher Minas com vistas a contribuir com a discussão em âmbito nacional e regional almejando a evolução profissional e educativa das mulheres, na tentativa de promover a construção de uma sociedade justa, equânime e solidária.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES PARA A LEITURA:

- SBoletim do Observatório das Desigualdades: O trabalho desigual – Gênero e raça no mercado de trabalho. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, n. 3, jan. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2SmQwAc>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 169.
- CAVEDON, R. N.; GIORDANI, G. C.; CRAIDE, A. Mulheres trabalhando e administrando espaços de identidade masculina. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 29, 2005, Brasília/DF. Anais. Brasília/DF: ANPAD, 2005.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução de Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). 2º trimestre de 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/382ChXT>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). 3º trimestre de 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/3belulk>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). 3º trimestre de 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/3belulk>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). 1º trimestre de 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/399JLsc>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estatísticas de Gênero
- Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/3830ddE>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- NEVES, M.A. Anotações sobre trabalho e gênero. Cad. Pesqui. 2013, vol.43, n.149, pp.404-421. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200003>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- OLIVEIRA, Gabriela Carraro. Ativismo feminista digital: análise das estratégias discursivas da hashtag #PrimeiroAssédio. 60 f. TCC (Graduação). Curso de Comunicação Social – Jornalismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- PERISSÉ, Camille; LOSCHI, Marília. Trabalho “de mulher”. Retratos: A revista do IBGE, Rio de Janeiro, p.19-24, jul./ago. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/25ktOtq>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- RIANI, Juliana de Lucena Ruas et al. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho de Minas Gerais e suas regiões de planejamento. In: XVI Seminário Sobre a Economia Mineira, 2014, Diamantina, MG. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/395ddPY>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- SAFFIOTI, B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLIVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215. Gênero, patriarcalismo, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).
- SILVA, Joice de Souza Freitas et al. Relações de Gênero no Mundo do Trabalho: um estudo com mulheres feirantes no interior da Bahia. In: XXXVIII Encontro da ANPAD, 2014, Rio de Janeiro. Anais. Disponível em: <<http://bit.ly/2HmbzOk>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- SOLER, A.; TEIXEIRA, Tania Cristina; JAIME, Vicente. Discapacidad y Dependencia: Una perspectiva de género. In: Bienestar y Democracia, 2008, Bilbao – Espanha. Bienestar y Democracia – XI Jornadas de Economía Crítica, 2008.
- TEIXEIRA, T. C. Relações de gênero e os desafios da igualdade e equidade no século XXI. PROEX-NUTRA. PUC-Minas. 2017. Documento Eletrônico.
- TEIXEIRA, T. C. Análisis Comparada de los Condicionantes de los Procesos de Flexibilización y Precarización en el contexto de la globalización. Un Estudio Comparativo del sector de las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación en España y Brasil. Universidad de Valencia. Espana. 2014. Tesis Doctoral. RED RODERIC.
- TEIXEIRA, T. C.; Carvalho, M. A. Economia Social e/ou Solidária. In: Economia Social e/ou Solidária, 2008, Belo Horizonte. Economia Social e/ou Solidária. PUCMINAS, 2008. v. 1. p. 5-5.
- TEIXEIRA, T.C et. al. The challenges for the construction of effective citizenship in the context of Human Capacity Development and Solidarity. In: III Simpósio Internacional. Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade, 2010, Belo Horizonte. Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade. BH: Universitaria, 2010. v. 1.



TORNANDO AS EMPRESAS MAIS EQUÂNIMES E PLURAIS:

Por mais mulheres negras nos
cargos executivos e no Conselho
de Administração

LIA LOPES ALMEIDA

Economista, Consultora em Finanças e Projetos da ConsultD&L.
Vice-presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Serviço do
Empreendedorismo Negro (CCISEN) do Estado de São Paulo.



Nos últimos anos estudei sobre a relevância e impacto da governança corporativa no desenvolvimento das instituições.

Em tempos de constante instabilidade econômica e política, vimos mudanças significativas no comportamento dos agentes econômicos e na cultura institucional de organizações públicas e privadas.

Aumentar a *accountability*, implementar sistemas de *compliance*, garantir práticas mais transparentes e inclusivas, foram algumas das transformações que observei.

Várias questões surgiram, mas uma me chamou atenção: afinal, como os temas diversidade e inclusão são vistos pelas instituições?

E esta pergunta ficou mais evidente após o discurso de Daniel Solomon em Davos, Suíça, no 50º encontro anual do Fórum Econômico Mundial, que aconteceu entre os dias 21 a 24 de janeiro deste ano.

O presidente do banco Goldman Sachs disse: "Começando em 1º de julho nos Estados Unidos e Europa, não abriremos o capital de uma empresa a menos que haja pelo menos um candidato diverso no conselho, com foco em mulheres. (...) E, em 2021, passaremos a exigir que sejam pelo menos dois membros".

Solomon informou ainda que, nos últimos dois anos, cerca de 60 empresas que fizeram ofertas iniciais de ações (IPO) tinham seus conselhos de administração compostos somente de homens brancos.

Para o banqueiro, no longo prazo, esta medida impactará no aumento de rendimentos das empresas e de seus acionistas.

Percebi que Solomon falou com base em seu próprio exemplo. Afinal, dos 11 membros do conselho administrativo do Goldman Sachs, 4 são mulheres.

Este posicionamento me mostrou dois fatores importantes: 1) há, por parte de algumas

organizações, a preocupação de gerar mais inclusão e diversidade nos setores de comando e gestão de suas empresas e 2) é realmente possível incluir pessoas diversas nesses espaços.

Ademais, me fez conectar esta iniciativa com os dados divulgados em 2018 por uma pesquisa feita pela consultoria McKinsey.

A pesquisa estudou a correlação entre diversidade de gênero e raça com o aumento da lucratividade das empresas.

A conclusão foi: quando as empresas tem diversidade de gênero em suas equipes executivas, elas têm 21% mais chances de obter lucros acima da média das demais empresas que não tem essa diversidade em seus quadros. No caso das empresas que detêm equipes executivas com maior diversidade étnica racial, estas obtêm 33% mais chances de rentabilidade frente às demais.

Em outras palavras: se as empresas incluírem mulheres em altos cargos de chefia, seus ganhos serão potencializados em 1/5 do seu atual faturamento. Se houver a inclusão de negros, este potencial torna-se 1/3 do faturamento.

Logo, você consegue imaginar o potencial que essas empresas podem obter se unirem os dois fatores (gênero e raça)?

E é possível encontrar, em uma única figura, a soma destes fatores: a mulher negra.

Esta conclusão parece simples, mas não é trivial. E explico por quê.

Em 2015, pesquisa feita pelo Instituto Ethos mostrou que, quando observado os quadros executivos das maiores empresas do Brasil, 13,6% são compostos de mulheres. Destes, apenas 0,4% são de mulheres negras.

Ou seja, quando Solomon dá ênfase a inclusão de "um candidato diverso, com foco em mulheres", é necessário colocarmos uma segunda lente para identificar que, dentro do di-

verso, existe gênero e raça.

Por isso, para entender a relevância das mulheres negras, vou apresentar alguns dados.

Com base na PNAD contínua do IBGE, as mulheres negras (considerando a soma das mulheres autodeclaradas pretas e pardas) constituem 28% da população brasileira.

Atualmente, elas são o maior segmento populacional do país, com quase 60 milhões de pessoas.

Segundo o Instituto Locomotiva, estima-se que as mulheres negras movimentam R\$ 704 bilhões por ano, o que representa quase 16% do consumo nacional. Tais resultados foram obtidos analisando os dados de renda e consumo deste grupo.

Para o Instituto, a participação econômica das mulheres negras pode ser ainda maior do que esta apresentada. Valeria considerar a influência delas na gestão domiciliar e no poder de decisão na compra de produtos e serviços para si e seus familiares.

Olhando novamente os dados da PNAD, as mulheres negras são 24% da força de trabalho do Brasil. Elas estão presentes em diversos setores produtivos, mas geralmente trabalham em setores de suporte.

Por isso sua rentabilidade é menor se comparada a outras áreas de atuação.

Exemplo: 20% das mulheres negras trabalham em serviços domésticos, contra 10% de mulheres brancas neste setor.

Desta forma, a renda média das mulheres negras é a menor dentre todas as auferidas no mercado.

Mensalmente, uma mulher negra recebe R\$ 1.476,00 e um homem negro R\$1.849,00.

A mulher branca recebe R\$ 2.529,00/mês e o homem branco recebe mais que o dobro da mulher negra, R\$ 3.364,00/mês.

Mesmo que homens e mulheres, bran-

cos e negros, tenham o mesmo nível de escolaridade e a mesma colocação profissional, ainda assim as mulheres negras recebem salários menores se comparado aos demais.

Estes dados ilustram a realidade nacional: as mulheres negras estão concentradas na base da pirâmide produtiva, recebem o menor salário e sustentam a estrutura social do Brasil.

Este cenário fica evidente quando tentamos lembrar o nome de mulheres negras brasileiras que estão nos mais altos cargos de chefia em grandes empresas. Você seria capaz de lembrar ao menos 3 nomes?

Isso me fez perceber a complexidade na garantia da diversidade dentro das empresas.

Mesmo com estudos apontando que a inclusão dos fatores gênero e raça potencializam maiores ganhos e geram uma diferenciação de mercado.

Ainda assim, por que as empresas não conseguem garantir a inclusão destes fatores nos quadros executivos e em seus conselhos?

Meu esforço foi pensar em possíveis respostas para essa nova questão.

Entendo que a medida adotada pelo banco Goldman Sachs, na verdade, possibilita ganhos em diversas esferas.

A mais evidente, já anunciada, é o aumento da rentabilidade. Afinal, garantir um olhar diverso em cargos de chefia propicia a abertura de outras e novas perspectivas, até então não vislumbradas no setor.

“Mesmo que homens e mulheres brancos e negros tenham o mesmo nível de escolaridade e a mesma colocação profissional, ainda assim as mulheres negras recebem salários menores se comparados aos demais.”

A troca de experiências realizadas em grupos heterogêneos tende a mostrar resultados diferentes dos apresentados em grupos homogêneos.

No longo prazo, as mudanças que surgiram das diferenças tornam-se a riqueza atribuída ao aumento de lucratividade.

Observo ainda, dois outros elementos relevantes sobre a inclusão da diversidade entre membros do conselho administrativo.

O primeiro é quanto à estruturação de novas diretrizes e mudança na cultura institucional da empresa.

O conselho tem um papel fundamental na condução da visão de negócio. É o órgão que planeja os próximos passos da instituição. Também analisa os resultados obtidos pela empresa e se preocupa com a imagem e o legado que ela deixará no mundo.

Logo, ao incluir um membro diverso, em específico uma mulher negra, o conselho agrega a sua visão este novo olhar.

O segundo permeia o aumento de produtividade e a valorização dos talentos dos recursos humanos da instituição.

Os conselheiros são pessoas observadas pelos demais integrantes da empresa. Dado o alto nível de responsabilidade atribuído ao órgão, tais membros tornam-se exemplos de ins-

piração e determinação para todos.

Por isso, a presença de mulheres negras neste ambiente possibilita uma mudança na perspectiva de crescimento e desenvolvimento pessoal dos demais colaboradores.

Ao ver que é possível alcançar o mais alto nível da empresa, outras pessoas se identificam e se sentem estimuladas a melhorarem suas performances na expectativa de um plano de carreira que as valorizem.

Tais elementos, quando relacionados à governança corporativa, possibilitam a criação de uma política institucional, de fato, diversa e inclusiva.

As pessoas que participam da instituição conseguem conectar os valores e princípios presentes na cultura interna da empresa com casos concretos, frutos da execução desta nova política.

Acredito que as empresas são plenamente capazes de dar este passo, rompendo os ciclos viciosos que perpetuam pobreza e escassez e construindo ciclos virtuosos de riqueza e abundância.

Este é o desafio desta década: tornar as empresas equânimes e plurais.

Penso que 2020 começou dando um bom exemplo desta nova realidade.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES PARA A LEITURA:

- <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/01/27/Por-que-este-banco-s%C3%B3-far%C3%A1-IPOs-de-empresas-com-mulheres-no-conselho>
- <https://www.mckinsey.com/business-functions/organization/our-insights/delivering-through-diversity/pt-br>
- <https://www.mckinsey.com/business-functions/organization/our-insights/why-diversity-matters/pt-br>
- <https://www.ethos.org.br/cedoc/perfil-social-racial-e-de-genero-das-500-maiores-empresas-do-brasil-e-suas-acoes-afirmativas/>
- https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Indicadores-EthosNSR_-2015.pdf
- <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>
- <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25814-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-24-0-no-trimestre-encerrado-em-setembro-de-2019>
- <https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/uol-a-cor-do-trabalho>
- <https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/2019/10/08/FOLHA-DE-S-PAULO-Negras-movimentam-R-704-bi-por-ano-mas-s%C3%A3o-escanteadas-pela-publicidade>
- <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/negras-movimentam-r-704-bi-por-ano-mas-sao-escanteadas-pela-publicidade.shtml>
- <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/negras-empreendem-mais-por-necessidade-do-que-as-brancas.shtml>



EDUCAÇÃO FINANCEIRA, INCLUSÃO FINANCEIRA E NOVOS PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

SILVANA PARENTE

Doutora em Economia pela Universidade Autônoma de Madrid, Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Desenvolvimento Regional pelo MIT e em Microfinanças por Harvard.

Autora de várias publicações entre as quais o livro *Convergência para inclusão: Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial e Microfinanças*.



A falta de educação financeira tem sido pautada recentemente como a grande vilã do elevado endividamento da população brasileira. Essa meia verdade pode nos conduzir a uma conclusão simplista de que a população está endividada porque não sabe gerir seu orçamento nem fazer as melhores escolhas no leque de opções do Sistema Financeiro Nacional. Portanto precisamos situar a Educação Financeira em um contexto mais amplo e complexo da inclusão financeira e da construção de novos padrões de consumo mais sustentáveis. Com esse foco de análise, espera-se contribuir para o desenho de programas de Educação Financeira mais consistentes e que possam contribuir para a dinami-

zação da economia com foco na redução das desigualdades e na sustentabilidade ambiental.

Primeiro vamos abordar a preocupante questão do endividamento das famílias. Em seguida apresentar um panorama da Inclusão Financeira no Brasil e, dentro desse contexto, situar a importância da Educação Financeira e seu potencial de libertação e contribuição para melhoria da qualidade de vida das famílias brasileiras. Como está o endividamento das famílias, quais suas causas e consequências? A população brasileira tem acesso e usa adequadamente os serviços financeiros ofertados pelo Sistema Financeiro Nacional? Qual o papel da Educação Financeira

e seus limites?

SOBRE O ENDIVIDAMENTO

O percentual de famílias com dívidas aumentou em dezembro 2019 para 65,6%, alcançando o maior patamar da história, segundo Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, da Confederação Nacional do Comércio, Serviço e Turismo. O percentual de famílias com dívidas em atraso está em 24,5% e 10% declaram que não tem condições de pagar essas dívidas. O tempo médio de comprometimento com dívidas vem também aumentando tendo atingido 6,9 meses e a parcela de comprometimento da renda com dívidas é de 29,7%. Ou seja, essas famílias, mesmo se conseguirem manter seu fluxo de renda, utilizarão quase 30% de sua renda por quase 7 meses do ano para voltar a uma condição de acessar novamente mecanismos de crédito, sendo obrigadas a reduzir drasticamente o seu nível de consumo.

O que a Educação Financeira pode fazer para essas famílias já endividadas? Ensinar-lhes a cortar gastos supérfluos? O que são gastos supérfluos segundo as categorias de renda? Ensinar-lhes a não deixar atrasar o cartão de crédito? E se eles usam esse cartão apenas para a sobrevivência da família? Ensinar-lhes a renegociar dívidas com taxas menores e prazos maiores? E se houver perda de emprego ou redução de salário ou de aposentadoria de um dos membros da família?

Assim, o elevado número de famílias endividadas e seu elevado endividamento não pode ser atribuído apenas à falta de educação financeira, dado que uma parte significativa da população não tem nível de renda suficiente nem estável para participar dessa grande festa que é o mercado de consumo. Para agravar mais ainda, as lojas e instituições financeiras apresentam as facilidades do crédito direto ao consumidor, sendo o cartão de crédito o grande

vilão do endividamento das famílias, conforme veremos logo a seguir.

SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA

O Banco Central do Brasil (BC) define a Inclusão Financeira como o processo de efetivo acesso e uso da população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida. Desde 2010 o BC levanta dados sobre a inclusão financeira no Brasil e promove anualmente fórum para discussão, tentando responder as seguintes perguntas: As pessoas estão acessando os canais disponíveis? A população está usando que tipo de transações financeiras? Qual a extensão e profundidade de uso dos serviços financeiros?

“O percentual de famílias com dívidas aumentou em dezembro de 2019 para 65,6% alcançando o maior patamar da história segundo Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor da Confederação Nacional do Comércio , Serviço e Turismo.”

Na prática, o termo “acesso” significa a distribuição dos canais de acesso em todo o País, chamados por redes de atendimento presenciais - agências, postos de atendimento, correspondentes bancários, ATMs e canais de acesso remoto-call centers, Internet Banking e aplicativos para celular. Sob essa ótica, o Sistema Financeiro Nacional tem melhorado muito, podendo ser comprovado com os seguintes indicadores: 100% dos municípios brasileiros possuem pelo menos um ponto de atendimento presencial e 66% das transações já são feitas por canais remotos.

No que se refere ao "uso" de serviços financeiros por parte da população, o Banco Central mede o percentual de pessoas com contas de depósito à vista (conta corrente), contas de poupança e contas de investimento. Em geral, a posse de conta indica o início do relacionamento com a instituição. Em seguida analisa o uso do crédito, segundo várias modalidades.

Segundo o BC, 86,5% da população brasileira adulta possui alguma conta bancária, 32% possui conta de poupança e 44% tem operações de crédito. Ocorre que 89% dos detentores de conta ativa a utilizam apenas para operações básicas como recebimento de salários, pagamentos e saques. Já sobre as contas de poupança, 80% das pessoas a utilizam para guardar dinheiro em segurança para gastos futuros e não como uma forma de investimento que rende juros. Isso aponta para uma possível "inadequação dos produtos e serviços financeiros ofertados" sobretudo quando os titulares da conta são de baixa renda, baixa escolaridade e idade avançada.

Agora vamos analisar dados sobre o acesso e uso de serviços de crédito disponíveis no mercado e suas implicações na gestão financeira e no endividamento das famílias.

Os dados da pesquisa do BC revelam que quase metade das famílias brasileiras (40%) utilizou pelo menos um tipo de crédito ou empréstimo nos últimos doze me-

ses. A pesquisa aponta que "o crédito dado pelos lojistas é a forma mais usada entre os brasileiros, seja pelo uso do cartão da loja (16% dos casos), seja por meio de crediário/carnê/fiado direto na loja (em 15% dos casos). A pesquisa aponta o crédito do cartão de crédito (considera apenas quando a pessoa deixa de pagar o valor total da fatura) como a terceira forma de crédito mais utilizada (em 11% dos casos) pelos brasileiros, apesar de ser uma das mais caras. Empréstimo pessoal aparece em 18% das respostas, sendo 9% na modalidade consignado em folha, como a quarta forma mais comum de uso de crédito"

Embora realizados em períodos e metodologias distintas, essa distribuição do uso do crédito é coerente com o resultado da pesquisa de endividamento da CNC, mais atualizada (dez 2019), a qual constata que o Cartão de Crédito foi apontado em primeiro lugar como o principal tipo de dívida por 79,8% das famílias endividadas, seguido por Carnês (15,6%), Crédito Pessoal (7,7%) e Cheque Especial (6,1%). O cheque especial e o rotativo do cartão (diferença entre o valor da fatura e o valor pago) são as modalidades de maior custo e ainda de mais fácil acesso, o que estimula o endividamento.

Quando se analisa o que motivou as pessoas a tomarem crédito, 50% mencionou que foi para consumo, 38% que foi por motivo de endividamento e 23% para pagar contas da casa. Um percentual muito pequeno (13%) citou reforma da casa e um percentual menor ainda (5%) para aplicar em seu próprio negócio. Isso significa que a modalidade de crédito de maior acesso e uso entre os brasileiros tem sido o crédito de consumo, o qual embute as maiores taxas de juros, criando um círculo vicioso de endividamento.

Por fim observa-se que o hábito de poupar é pouco disseminado no Brasil, havendo desequilíbrio entre a evolução do crédito, mais acelerada, e a evolução dos



depósitos, mais lenta. De fato, desenvolver o hábito de poupar, em especial, com o objetivo de formar reserva financeira, é um desafio da inclusão financeira para os próximos anos.

É necessário, pois, uma atuação mais forte na promoção da inclusão financeira, não apenas na direção da bancarização em si, ou seja, abertura de contas e utilização de meios de pagamento, mas também no sentido de ampliar o acesso e garantir a adequação de produtos e serviços financeiros, fazendo com que o sistema financeiro cumpra o seu papel esperado na economia, de intermediar poupança, de ampliar oportunidades para uso do excedente, além da necessária agilidade e segurança do sistema.

ENDIVIDAMENTO E NOVOS PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

Uma das grandes causas do aumento do endividamento tem sido o consumismo, ou seja, o ato de comprar produtos e serviços sem analisar sua real necessidade, gerando desperdício. O consumismo é alimentado pelo marketing das empresas e efeito demonstrativo nas mídias convencionais e redes sociais e faz parte da essência do capitalismo. Nesse contexto surge o relevante tema do consumo consciente, no nível microeconômico da família e de novos padrões de consumo e produção no nível macroeconômico.

Já se sabe que, hoje, produzimos e consumimos mais recursos do que o planeta pode oferecer, sem falar das desigualdades de riqueza e renda do planeta. Como o modelo de crescimento capitalista tem sido impulsionado pelo consumo, como conter a escalada do consumo insustentável, justo em uma década em que a classe média dos países emergentes está ávida para entrar nessa festança?

O endividamento insustentável do consumidor tem impacto na extração de recursos naturais, nos processos produtivos

“Uma das grandes causas do aumento do endividamento tem sido o consumismo, ou seja, o ato de comprar produtos e serviços sem analisar sua real necessidade, gerando desperdício.”

industriais e nos perigos à saúde, comprometendo a qualidade do crescimento econômico e a sustentabilidade do planeta. Os níveis e padrões de consumo devem ser, pois, compatíveis com as transformações na esfera da produção e com o uso mais eficiente dos recursos naturais, em especial água e energia. Daí a importância das abordagens da economia circular e do pensamento do ciclo de vida dos produtos, onde a reutilização e reciclagem desempenham papel fundamental.

Também está na hora de se construir um viés sustentável e distributivo na reforma tributária, desonerando produtos e serviços que apresentem menor impacto ambiental e social e onerando os que mais impactam negativamente, estimulando assim novos padrões de consumo e produção mais sustentáveis.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira transmite conhecimentos, atitudes, habilidades para que as pessoas adotem boas práticas para administrar o seu dinheiro de forma eficiente. Ou melhor, ao ganhar suas receitas, como fazer o melhor uso do dinheiro, gastar com cautela, poupar, fazer empréstimo e investir com sabedoria.

Avaliando as práticas de planejamento financeiro das famílias, a pesquisa do Banco Central aponta que a grande maioria (82%) das pessoas costuma planejar seus gastos. Entretanto, desse total, apenas 20% costuma tomar nota dessas despesas. Por outro lado, 25% das pessoas

assumem que já consumiram por impulso. A pesquisa também revela que o fato de planejar como gastar seu dinheiro se mostrou fator positivo na capacidade de poupar, independente do comportamento declarado do consumidor, se impulsivo ou não. Daí a importância da educação financeira como instrumento preventivo do endividamento e melhoria do uso dos produtos financeiros.

Considerando que a maioria das famílias estão endividadas, o processo de educação financeira deve se iniciar com a reflexão sobre as causas desse endividamento e, em seguida, discutir formas de saída para esse endividamento no nível micro da família, mas com capacidade de compreender e influenciar a oferta nem sempre adequada de produtos e serviços financeiros. Também é necessário combater a prática perversa do consumismo, estimulando práticas de reflexão sobre a real necessidade dos produtos a consumir, diminuição do desperdício e descarte adequado de resíduos.

Diante de tamanha desigualdade e insustentabilidade do desenvolvimento, o fomento à inclusão financeira se converteu em uma prioridade universal que foi confirmada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS determinados pelas Nações Unidas para 2030. Dentre os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável a inclusão financeira está presente em cinco deles, os quais são especificamente vinculados a um acesso mais massificado aos serviços financeiros.

Ações de promoção da inclusão financeira, da educação financeira e da proteção ao consumidor passaram cada vez mais a estar presentes nas agendas das entidades governamentais e de organismos internacionais, em função do reconhecimento da importância desses temas para a estabilidade econômica e o desenvolvimento econômico e social em escala mundial.

O Banco Central tem liderado esse debate no Brasil, culminando com a construção do conceito de Cidadania Financeira como sendo "o exercício de direitos e deveres que permitem o cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros". A Cidadania Financeira está fundada em 4 pilares, sendo a educação financeira apenas um deles: Inclusão Financeira; Educação Financeira; Proteção ao Consumidor de serviços financeiros; e Participação no debate sobre o funcionamento do sistema financeiro.

Temas como as questões de gênero e a inclusão financeira das mulheres também são objeto de pesquisa buscando compreender as diferenças entre homens e mulheres, tanto com relação ao acesso quanto ao uso de serviços financeiros.

Por fim, a recente inserção da educação financeira como tema integrador na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se configura como um passo importante para que efetivamente as questões relacionadas à vida financeira façam parte da vida de jovens e crianças. Nesse sentido é muito importante o engajamento e participação formal dos economistas nessa construção, contribuindo com o seu desenho e formas de implementação, tanto em termos da abrangência de seus conteúdos, quanto da sua estratégia pedagógica de implementação.

REFERÊNCIAS

- De 2010 a 2014 vide Relatório de Inclusão Financeira RIF BC 2015. De 2015 a 2017 vide Relatório de Cidadania Financeira RCF BC 2018
- Esse mesmo indicador medido pelo Global Findex foi de 70%, atribuindo-se essa diferença ao elevado número de contas inativas pela contagem do BC.
- Vide Série Cidadania Financeira 3 –Pesquisa sobre Uso e Qualidade de Serviços Financeiros no Brasil, BC 2016.
- Vide Relatório da Cidadania Financeira BC 2018.
- Vide Jornada da Cidadania Financeira no Brasil, BC 2018
- Vide O que é Cidadania Financeira? BC 2018

REFLEXÕES SOBRE A POBREZA E A MISERABILIDADE COMO FRUTO DE MÚLTIPLOS FATORES

JAKELINE ZAMPIERI

Economista. Integrante do corpo técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Delegada Distrital do Conselho Regional de Economia da 2ª Região – São Paulo – CORECONSP. Coordenadora do CORECON-SP Mulheres.



Uma das coisas mais instigantes na humanidade é a pobreza. Tida como privação dos meios de subsistência, ela permeia a história, as relações no tempo e os sistemas de produção.

A procura do motivo pelo qual uma população, ou um indivíduo, é pobre e não consegue se sobressair é absolutamente complexa. A complexidade está arraigada e tem origem em diversos fatores, diferentes e inerentes a cada região do mundo, contudo, parecidos e repetidos em alguns casos.

Crespo (2002) salienta que "Muitos fatores convergem para tornar a pobreza um fenômeno multidimensional inter-relacionado. Isso significa que a pobreza e suas causas

variam segundo a idade, gênero, cultura e outros contextos sociais e econômicos."

Antes de mais nada e para avançar na análise aqui pretendida, é preciso definir o que é pobreza.

Em geral, a pobreza é definida como a privação do que se faz necessário para o bem-estar no aspecto material, notadamente alimentação, vestimentas, habitação e demais ativos. Contudo, dentro do aspecto psicológico da pobreza, esta condição social faz dos pobres elementos mais vulneráveis à humilhação e mais distantes de todo tipo de participação na sociedade. Passam por dificuldades para a obtenção de atendimento médico, serviços de infraestrutura (como, por exemplo, água tratada, fornecimento de energia elétrica), dentre outros.

Para Townsend (1996), pobres são os "que não podem obter regime alimentar, confortos, padrões e serviços que lhes permitam desempenhar os papéis, participar das relações e ter o comportamento habitual que se espera" deles como elementos que fazem parte da sociedade.

E, ainda, a pobreza é "relativa" ao se referir a à posição de uma família ou de uma pessoa com relação à renda ou ao consumo em determinado local, país ou região. Ou seja, a pobreza é identificada por meio de comparação.

Assim, a pobreza está em permanente redefinição no discurso público. (DALRYMPLE, 2016). Na entrevista que Dalrymple concedeu a Morgenstern, em 2016, ele destaca que o conceito de pobreza muda ao longo do tempo e diz que alguns tratam "a pobreza moderna como se fosse a mesma do século XVIII, quando as pessoas estavam realmente passando fome. Mesmo nos tempos do meu pai, que nasceu em uma área pobre de Londres, havia crianças sem sapatos, que não comiam mais do que uma vez por dia."

Contudo, a pobreza é um fenômeno complexo e de difícil mensuração. Não é possível, portanto, entendê-la apenas sob um enfoque quantitativo.



DISCUSSÕES SOBRE AS CAUSAS DA POBREZA

Na visão de Wanderley (2004), em que pese o fato de pequenas variações aqui e acolá, em que pese o fato de algum progresso no crescimento econômico e certas conquistas sociais, no geral as desigualdades e injustiças na estrutura social vão se avolumar devido às relações assimétricas de dominação, subordinação na produção, no poder político, na estrutura de classe e na estratificação social.

Myrdal (1968) fala na causação circular da pobreza. Seu pensamento se baseia no fato de que quem nasce pobre terá uma alimentação inadequada, frequentará as piores escolas, terá as piores oportunidades, processo que se repetirá com seus filhos e assim por diante, gerando um círculo que se retroalimenta e não oportuniza ascensão ou melhora na condição de vida dos indivíduos.

Por vezes, as críticas se fundamentam no capitalismo, nas questões financeiras, na falta de oportunidades de uma forma geral. Faz muito sentido, principalmente se só analisarmos a fase capitalista da história.

A intenção de manter as massas na miséria é bastante antiga. Afinal, a massa serve como mão de obra barata. Para isto, não deve desenvolver senso crítico, não deve pensar, deve permanecer pacificamente em sua atividade laboral o máximo de horas diárias e que lhe reste somente o tempo suficiente para descanso de forma a se manter viva e, em tempos capitalistas, consumir o que a mídia determina, utilizando seu míngua poder de compra e sua capacidade de endividamento. Trata-se de um sistema que gera escravos pela dominação, principalmente ideológica. E nisto reside a magia do capitalismo: fazer com que as pessoas pensem que são livres.

Contudo, é oportuno trazer à análise o fato de que a pobreza e a miserabilidade existem muito antes do capitalismo. A vida sob condições sub-humanas é relatada até mesmo na Bíblia, ou ainda antes, na história da humanidade. A submissão/exploração

do homem pelo homem existe muito antes do sistema capitalista e se deu por diversas formas, algumas permeadas pela violência. Populações já foram mantidas em condições extremas de existência, com alimentação precária, opressão constante, pouca ou nenhuma escolarização.

Mas o que faz com que as pessoas se mantenham dominadas e conformadas, sem sequer buscar melhorar sua condição? Não se pretende aqui realizar um julgamento de valor, mas sim buscar razões para a falta de ação.

É conveniente destacar que não se inclui, nesta análise, questões conjunturais do sistema escravocrata, pela sua própria natureza.

“E, ainda, a pobreza é “relativa” ao se referir à posição de uma família ou de uma pessoa com relação à renda ou ao consumo em determinado local, país ou região. Ou seja, a pobreza é identificada por meio de comparação. “

A POBREZA É UM FENÔMENO SOCIAL

Além da fome ou alimentação inadequada ou insuficiente, a falta de escolaridade, a falta de moradia, ou moradia precária (que não provê o mínimo que um ser humano precisa para sua higiene e cuidados para uma sobrevivência digna), falta de oportunidade, falta de trabalho, falta de conhecimento, a baixa autoestima, conformismo, opção por viver de auxílio, ausência de estímulo, ausência de ambição, parece ser também um problema cultural que envolve a aceitação da condição de pobre, pobreza de espírito, falta de planejamento (principalmente familiar), ausência de visão sobre o futuro, ausência de percepção sobre o entorno (seu meio, a sociedade em que vive) e sobre possibilidades que esse entorno pode proporcionar.

Grandes pensadores já falaram sobre a

pobreza – de espírito, a exemplo de Confúcio: "Pessoas superiores exigem tudo de si. Pessoas inferiores exigem tudo dos outros."

Samuel Johnson (apud. Garschagen, 2016) escreveu a biografia de seu amigo, o poeta Richard Savage: usou a vida do amigo como objeto para uma reflexão moral e psicológica de forma a compreender como era possível alguém perseverar no erro "sem atribuir nenhuma de suas misérias a si próprio", não crescer "em sabedoria" nem impedir "que a um revés se seguisse outro". E que "de bom grado afastava os olhos da razão quando ela poderia desvelar-lhe a ilusão e iluminar aquilo que jamais desejava ver: seu verdadeiro estado".



Theodore Dalrymple, a partir da observação de Johnson sobre Savage, analisa e reflete sobre a necessidade de superação desse drama na vida humana, que se inicia a partir de um exame realista e honesto sobre si mesmo, ressaltando que isto é desencorajado pela cultura moderna e pelas políticas públicas que alimentam o Estado do bem-estar social. Garschagen (2016) explica: "Ao estimularem a atribuição de todas as misérias aos outros", alerta Dalrymple, a cultura moderna e o Estado de bem-estar social "acabam por exercer uma influência nefasta sobre o caráter humano".

O curioso é que, mesmo que o Estado venha a prover um sustento mínimo e absolutamente básico para que as pessoas comecem a andar com suas próprias pernas, ainda assim alguns optam por se manter recebendo o baixo valor de assistência e desistam de buscar uma colocação no mercado de trabalho para usufruir da míngua renda que o Estado fornece.

De acordo com Willian Douglas, existem estudos que mostram que, se toda a riqueza existente no mundo fosse dividida em partes iguais e distribuídas entre todas as pessoas, não demoraria muito tempo para que voltasse às mãos de quem já a possui hoje. Douglas explica: "Essas são as pessoas que sabem administrar as riquezas, e as obteriam de volta. Os que nunca aprenderam a lidar com o dinheiro perderiam o "presente" sem muita demora".

Há autores que estão colocando a questão da pobreza a nível genético.

Meyer (2019), no artigo "¿Son mejores los genes de los ricos que los de los pobres?", menciona a existência de estudos que demonstram diferenças entre o comportamento de pessoas com escores genéticos baixos e pessoas com escores genéticos altos. Enquanto os primeiros "eram mais propensos a relatar crenças extremas sobre a economia, incluindo a probabilidade de um boom no mercado de ações ou uma recessão grave" [...] "Este comportamento, de acordo com Meyer, fez com que essas pessoas atrasassem seus

investimentos e, portanto, demorassem mais para ter retorno, ou ainda, para acumular riqueza. E prossegue: Na mesma linha, outro estudo da Universidade de Edimburgo conclui que os genes "determinam a persistência de cada um, bem como o autocontrole, duas peças-chave da personalidade para alcançar o sucesso".

Por seu turno, a jornalista Amelia Gonzalez (2014) informa na reportagem de sua autoria, denominada "Pesquisadores dos EUA mostram ligação entre calor e pobreza", que a revista britânica "The Economist" apresentou um estudo de autoria de Melissa Dell, Benjamin Jones e Benjamin Olken no qual os autores fazem uma ligação direta entre calor e pobreza:

Segundo os três pesquisadores norte-americanos, para cada 1°C a mais num país, seu PIB per capita é 8,5% inferior. Outro estudo citado pela revista mostra que ser 1°C mais quente reduz em 1,4% a renda per capita do PIB do país.

De acordo com o texto, a relação entre calor e pobreza pode ser associado ao fato de que temperaturas mais altas propiciam o aparecimento de doenças tropicais, podem desencadear secas que dizimam lavouras – isto justamente em países que são mais dependentes da agricultura, ocasionam migração de pessoas para as cidades maiores e "como se sabe, quanto mais inchadas, mais problemáticas ficam as cidades." (GONZALES, 2014).

É verdade que o frio gera encadeamentos produtivos e econômicos pela necessidade de provisionar, de produzir itens que amenizem as agruras locais e viabilizem a existência humana naquela região. Por exemplo, em lugares frios as pessoas precisam de mais aparatos tais como roupas mais quentes, sapatos, casas com calefação, dentre outros itens. E isto, nos lugares frios, não se pode enquadrar como escolha: os bens são necessários. A produção dos bens demanda matéria prima e trabalho, proporcionando a geração de produtos secundários, como embalagens, subprodutos, etc. Oportuniza

conhecimento, na medida em que há esforço para se produzir, para se descobrir formas de produção que utilizem menos insumos, aumentando a produtividade.

Lugares nos quais o clima é mais quente e que exigem o mínimo de vestimentas, proporcionam alimentos que crescem praticamente sem o labor humano – tais como frutos tropicais, proporcionam a possibilidade de dormir ao relento porque a noite não requer abrigo, fazem com que não haja necessidade de muito esforço para viver e produzir, o que pode 'acostumar' as pessoas a uma vida mais despreocupada com as necessidades de subsistência e pode haver menos preocupação com o futuro, tendo em vista que não precisam provisionar nada para o 'inverno' ou tempos mais difíceis.

Geralmente é dos lugares onde há mais dificuldades que surgem as maiores soluções. Para exemplificar, a Inglaterra era um país miserável, repleta de rochedos e poucas áreas para produção agrícola. Através da produção de lã, com a criação de carneiros nas áreas rochosas, surgiu a saída econômica para a região com base na produção de tecidos, culminando com a Revolução Industrial.

Atendidas as necessidades fundamentais do ser humano, pode-se passar a fazer uma reflexão sobre os entraves e os obstáculos que afetam as pessoas na busca por melhores condições de vida.

Obstáculos que afetam as pessoas na busca pela diminuição do seu estado de pobreza:

- conformismo;
- aceitar a condição;
- comodismo pelo não enfrentamento;
- baixa escolaridade/pouca instrução;
- falta de visão;
- pouca percepção;
- falta de iniciativa na busca por oportunidades;
- ausência de metas;
- baixa autoestima;
- sentimento de derrota;

Fatores que contribuem para a melhoria na qualidade de vida:

- vontade;
- energia;
- determinação;
- contestação;
- enxergar oportunidades;
- percepção/noção do todo;
- perceber os caminhos/meios;
- enfrentar desafios;
- autoinstrução/aprendizado com as situações;
- motivação;
- metas;
- persistência;

Algumas pessoas parecem completamente conformadas com as condições de miserabilidade sob as quais vivem, aguardam que outros lhes deem o sustento, as provisões e guarnições para que possam conduzir suas vidas com o mínimo. E se contentam com isto. Lhes parece suficiente ter o mínimo. Não há ambição, não há uma busca por crescimento, no seu mais amplo sentido. Viver, para estas pessoas, é poder comer e ter o mínimo para sua subsistência. Trata-se de uma passividade perante a vida, um conformismo. Dentro desta análise, é preciso trabalhar valores, desenvolver a autoestima, proporcionar conhecimentos e despertar o desejo por uma vida melhor. Este é um desafio muito grande, porque sugere a necessidade de mudança de comportamento de grupos, uma mudança de mentalidade e uma nova postura perante a vida.

“Segundo os três pesquisadores norte-americanos, para cada 1°C a mais num país, seu PIB per capita é 8,5% inferior. Outro estudo citado pela revista mostra que ser 1°C mais quente reduz em 1,4% a renda per capita do PIB do país.”



A realidade é que cada um sabe 'onde aperta seu sapato' e quais as dificuldades que lhe atingem. Mas que cada qual buscase, na medida do possível e dentro da sua realidade, encontrar uma vida melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretendeu aqui foi tecer uma breve análise que incorpora diferentes concepções sobre as causas da pobreza, reunindo-as em uma única abordagem.

Sempre que pretendemos realizar uma leitura sobre o tema, tem-se a oportunidade de ler artigos, livros ou reportagens centrados em uma determinada causa para a pobreza, como por exemplo o capitalismo, ou razões ambientais, ou culturais de forma separada ou com significativa ênfase em determinada provável causa.

Entretanto, sempre que pensarmos a

pobreza como um fenômeno com causas de múltiplas dimensões, se faz necessária uma abordagem que não se centre em uma única causa, como um sistema de produção, por exemplo, visto que se trata a pobreza é um fenômeno social de causas multidimensionais. Partimos, inicialmente, da definição – até mesmo simplificada – de pobreza, com a abordagem de que ela é relativa e é uma classificação obtida por meio de comparações, sendo que o efetivo enquadramento a nível de pobreza é diferente no tempo, conforme discorrido no texto.

Muito além das questões capitalistas, tivemos a oportunidade de refletir sobre comportamentos de pessoas que atribuem as causas de sua miséria aos outros e nada fazem para buscar uma melhoria na qualidade de vida, como se não lhes coubesse esta responsabilidade.

Passamos para análise de pensamentos de autores, dentre os quais sobre a capacidade (ou incapacidade) de gerar riqueza e de administrá-las que indivíduos apresentam. Refletimos sobre o amparo que o Estado provê, que sob a ótica de alguns autores, pode gerar

pessoas mimadas e sem iniciativa para agir por si mesmas.

Tivemos a oportunidade de refletir sobre a relação entre países de clima quente e pobreza, incluindo na presente análise as considerações de autores sobre fatores genéticos, os quais determinariam qualidades fundamentais para alcançar o sucesso.

Os itens elencados como causas merecem ser considerados na discussão sobre a pobreza, tendo eles – todos ou em parte, com as diferentes combinações e em variadas proporções – alguma participação no estado de pobreza, pois ela não tem uma única causa, sendo a miséria fruto de uma miríade de fatores.

Analizamos, ainda, os obstáculos e os fatores que contribuem para uma melhoria na qualidade de vida de uma pessoa.

E, diante de tudo isto, pode-se, sem medo de errar, dizer que mudar de vida requer – no mínimo – esforço, requer sair do conformismo, partir para a busca de dias melhores. Os estímulos para a superação da pobreza podem ser externos, contudo

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES PARA A LEITURA:

- CONFÚCIO. Frase. Disponível em <<https://www.pensador.com/frase/MjgyMw/>> Acesso em 02/02/2020.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em <<http://www.rae.com.br/electronica/index>>.
- DOUGLAS, W.; TEIXEIRA, R. As 25 leis bíblicas do sucesso: como usar a sabedoria da Bíblia para transformar sua carreira e seus negócios. Rio de Janeiro. Editora Sextante. Disponível em <<http://williamdouglas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Trecho-25-Leis-B%3%ADblicas.pdf>> Acesso em 29/01/2020.
- Equipe Brasil Escola. As classes Sociais e as desigualdades. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/as-classes-sociais-as-desigualdade.htm>> Acesso em 27/01/2020.
- GONZALES, A. Pesquisadores dos EUA mostram ligação entre calor e pobreza. Globo.com. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/nova-etica-social/platb/2014/01/24/pesquisadores-dos-eua-mostram-ligacao-entre-calor-e-pobreza/>> Acesso em 02/02/2020.
- MEYER, L. ¿Son mejores los genes de los ricos que los de los pobres? Etich. (2019) Disponível em: <<https://ethic.es/2019/11/desigualdad-genetica-ricos-mejores-pobres/>> Acesso em 02/02/2020.
- MORGENSTERN, Flávio. Theodore Dalrymple: "Há mais violência nas escolas do que nas prisões". (2016) Disponível em <<http://sensoincomum.org/2016/11/07/entrevista-theodore-dalrymple-violencia-escola/>> Acesso em 01/02/2020.
- MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Saga. 1968.
- PIZZIO, A. O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza. Revista Ágora-ISSN1984-185x, Salgueiro-PE, v. 5, n. 1, p. 96-117, agos. 2010.
- TOWNSEND, P. (1996). Pobreza. Em: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T.
- Dicionário do pensamento social no séc. XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996. p. 578-580.
- WANDERLEY, L. E. O enigma do social. Em: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz
- Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. Desigualdade e a questão social, 2ª ed., São Paulo, Educ, 2004. p. 163-264.

OS DESAFIOS DAS MULHERES NA CARREIRA DOCENTE DE ECONOMIA



CAMILA KIMIE UGINO

Docente na PUC-SP e UNIP.



GRASIELA CRISTINA DA CUNHA BARUCO

Professora Associada do departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (UFRRJ)



Este texto parte da inquietação geral sobre a atuação profissional das mulheres no campo das Ciências Econômicas e, particularmente, na atuação docente. Seria esta carreira inerentemente dominada por homens? Vamos tentar olhar ao nosso redor: são quantas professoras em relação aos professores em Economia?

Apesar do aumento na quantidade de mulheres economistas, ainda é um campo majoritariamente masculino. O desafio é compreender por que essa invisibilidade ocorre em pleno século XXI, quando as mulheres conquistaram avanços significativos, a partir das lutas históricas em busca de emancipação.

A situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro ainda apresenta situações pouco gloriosas em atividades precárias e mais propensas a ficarem desempregadas. Por exemplo, o rendimento médio das mulheres, considerando as atividades formais e informais, é 23,5% menor que o equivalente dos homens, além de dedicarem muito mais tempo aos cuidados pessoais e aos afazeres domésticos. O nível de desigualdade aumenta quando comparamos o rendimento médio das mulheres negras com os homens brancos, que chega a uma diferença de 47,4% .

No meio acadêmico, a igualdade de gênero vem chamando atenção há algum tempo. O estudo de Lundberg e Stearns (2019) apresenta um progresso das mulheres estadunidenses na economia, desde os anos 1970/80. De acordo com essa pesquisa, de meados dos anos 2000 para cá, apenas 35% dos doutorandos e 30% dos professores em economia são mulheres, destacando que há uma concentração de mulheres no início da carreira docente em relação às posições mais seniores. Em comparação com as diversas áreas, a diferença de gênero na Economia é persistente.

No Brasil, as economistas em instituições de ensino representam apenas 25% do corpo docente, concentrando-se nos estágios iniciais de carreira, o que agravam as condições democráticas de acesso e permanência nesta atividade. Há um longo trabalho a ser feito quando observamos que o curso de Economia ocupou o 37º lugar na representatividade feminina entre os cursos com maior quantidade de matriculados. Isto significa uma representação feminina de 39% entre os matriculados em Economia, percentual bastante abaixo da média de representatividade. O resultado do Cen-

so da Educação Superior de 2018 apresenta uma queda da participação feminina, entre os que estão cursando o curso de Economia, chegando a 35,13% .

Quando se considera o universo científico, e não somente a economia, as mulheres compõem 55% dos que cursam graduação no país, 52% dos que cursam mestrado e 50% dos doutorandos (Revista Gênero e Número, 10 edição). Ainda assim, de acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, “as mulheres estão abaixo dos homens em relação às lideranças de grupos de pesquisa (47%) [...] e dos pesquisadores reconhecidos no meio científico como os de grande produtividade (36%)”.

Os múltiplos relatos pessoais de mulheres e os números acima apresentados corroboram o trivial, a discrepância e a desigualdade que separa homens e mulheres nas múltiplas áreas/tarefas necessárias para a reprodução social.

Sociedade essa que, ao construir figuras sobre as coisas e circunstâncias com base em noções abstratas (“os homens”, “as mulheres”, dentre outras, claro), delimita seus papéis sociais. Assim, se são papéis sociais delimitados, então não se trata mais de homem/mulher em geral; são homens e mulheres inseridos, produtores e produzidos, em estruturas sociais específicas.

A luta por igualdade nessas circunstâncias é válida e necessária, obviamente. Mas é luta no interior e inspirada por tais estruturas e relações. Seria preciso, portanto, transcendê-las.

“No Brasil, as economistas em instituições de ensino representam apenas 25% do corpo docente, concentrando-se nos estágios iniciais de carreira”

No último congresso da ANGE, discutimos sobre a presença das professoras nos cursos de Economia e estamos atentos a este assunto. Um primeiro passo é a busca pela inserção e

igualdade de gênero, assim poderemos construir uma sociedade em que a maioria social esteja em uma agenda comum de lutas.



REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES PARA A LEITURA:

- IBGE. Pnad contínua. Dezembro de 2019.
- LUNDBERG, Shelly; STEARNS, Jenna. Women in Economics: Stalled Progress. *Journal of Economic Perspectives*, 33 (1): 3-22. 2019.
- De acordo com ECONOMISTAS – Brazilian Women in Economics. As mulheres nos diferentes estágios da carreira acadêmica em Economia no Brasil. 03 dez de 2018 e KARPAVICIUS, Luiza et al. Diversidade de Gênero: a FEA em Números. *Informações FIPE*, n. 464, mai. 2019. Foram analisados dados do Censo da Educação Superior de 2015.
- INEP. Censo da educação superior. 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/microdados>. Acesso em 06 fev. de 2020. Agradecemos ao pesquisador Danilo Severian pela ajuda com os dados.
- Disponível em: <http://www.generonumero.media/educacao-10/>. Acesso em 07 fev. 2020.
- CNPq, 2018 Apud DUARTE. Rafael. Mandacaru científico. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/causador-natalia-mota/#tematico-4>. Acesso em 11 fev. 2020.

SUSTENTABILIDADE: O PLANETA TERRA PEDE SOCORRO



NANCY GORGULHO

Economista, Professora, Diretora do SINDECON-SP

*"Na Natureza há um eterno viver, um eterno de-
vir, um eterno movimento, embora não avan-
ce um passo. Transforma-se eternamente, e
não tem um momento de pausa. Não sabe de-
ter-se, e cobre de maldições a pausa. No en-
tanto está parada, o seu passo é comedido, as
suas exceções raras, as suas leis imutáveis..."*

W. Goethe (Die Natur, 1780)

Historicamente falando, com toda a evolução tecnológica e a modernização que ela proporciona, esta sempre esbarra nos limites da escassez e com isso surgem as ameaças ao mundo e à população de um modo geral.

Sabe-se que o desenvolvimento da sociedade em determinados contextos, sempre foi dependente da consideração dos riscos e da sua real possibilidade de efetivação.



Ao longo da história a humanidade aprendeu a alterar intensamente o Planeta Terra, para supostamente viver melhor, pela ilusão de nós homens sermos donos e senhores da natureza, mas nunca com tanta velocidade como nos últimos 50 anos.

Hoje, a natureza parece estar se vingando da ação do homem.

Segundo dados da ONU, estima-se que até o fim do século XXI a temperatura da Terra deve subir entre 1,8°C e 4 °C, o que aumentaria a intensidade de tufões e secas e ameaçaria um terço das espécies do planeta.

Nos próximos 30 anos estima-se que haverá mais 3 bilhões de habitantes no planeta. Haverá água? A escassez de água vem sendo tratada como o problema do século. E o lixo gerado?

Caso as sociedades do Hemisfério Sul copiassem os padrões de desenvolvimento dos países do Hemisfério Norte, aumentaria em 10 vezes a quantidade de combustíveis fósseis e aumentaria em 200 vezes a de recursos minerais.

Sabe-se ainda que, desde o século XVIII, com a Revolução Industrial, devido ao crescimento econômico, os países do Hemisfério Norte detêm hoje 4/5 da renda mundial e possuem 1/5 da população do planeta, enquanto os países do hemisfério sul, com 4/5 da população do planeta ficam com 1/5 da renda mundial, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

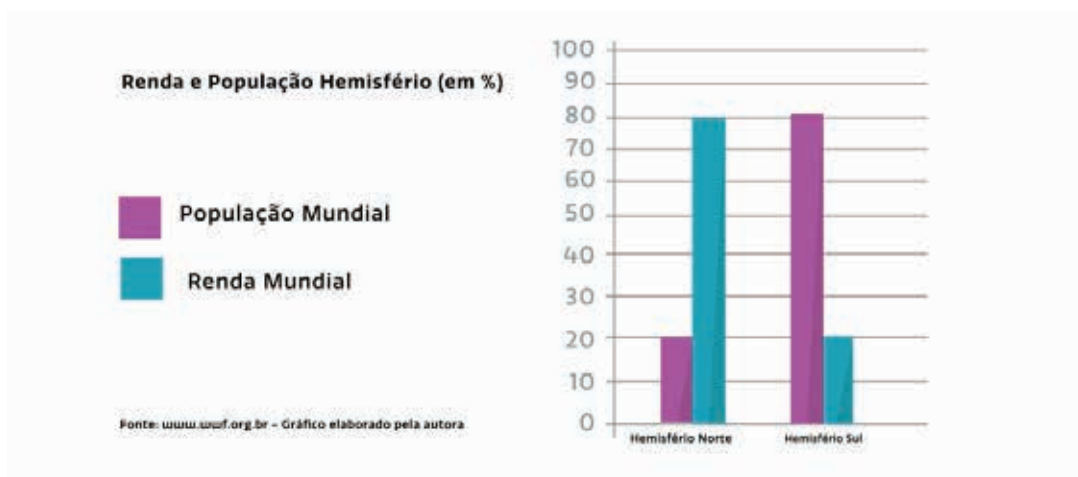
Por essa distribuição de riqueza, observada no gráfico acima, depreende-se que poucos milionários do Planeta concentram cada vez mais o poder econômico, mas, o prejuízo causado por suas atividades é dividido por todos os cidadãos da Terra. Os mais pobres pagam mais caro e nunca usufruíram e talvez nunca usufruirão do lucro gerado pela produção capitalista. O que sobra para eles são os impactos e as consequências dos produtos criados, principalmente dos eletrônicos.

Com relação ao consumo, os países do hemisfério Norte consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da madeira produzidos no mundo. O desenvolvimento é vital para os países mais pobres, mas o modelo ou o caminho a ser seguido não pode ser o mesmo adotado pelos países industrializados.

Omundoquecriamoshoje,comoresultado de nosso pensamento, tem agora problemas que não podem ser resolvidos se pensarmos da mesma forma que quando o criamos" (Albert Einstein).

A natureza é vingativa? O planeta não suporta mais o gasto descontrolado, insustentável e inconsequente dos recursos naturais.

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento econômico capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não



esgota os recursos naturais para o futuro.

Vários países e Organizações Internacionais se mobilizam na busca de soluções para a difícil equação: estimular o crescimento econômico sem prescindir das bases do desenvolvimento sustentável e pressionam o mundo direta e indiretamente a apresentar uma nova identidade.

O problema dos limites ao consumo leva à reestruturação dos próprios valores da nossa sociedade para que ela seja uma Sociedade Sustentável. Nos conceitos no-

vos envolvidos há a: Interdependência da vida (não há possibilidade de saúde aos humanos se não houver a saúde ambiental), e a Co-dependência (não há como ser saudável comendo seres vivos que não são saudáveis).

Sociedade Sustentável é um todo, trabalhando a favor da vida, pois somos parte integrante da natureza. Os megadesafios devem ser enfrentados, pois precisamos zelar pelo Planeta Terra para que ele continue sendo o Planeta Vida!

“Poucos milionários do Planeta concentram cada vez mais o poder econômico, mas o prejuízo causado por suas atividades é dividido por todos os cidadãos da Terra”



REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES PARA A LEITURA

- BARROS, Beatriz F., Artigo: Mar do Descaso, Jornal Folha do Meio Ambiente, Brasília, DF Janeiro/Fevereiro de 2009, Ano 20- nº 196.
- BEZERRA, M. C. L.; FERNANDES, M. A. (Coords.). Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2000.
- BRAGA, Nancy G., Desenvolvimento Sustentável: "Reflexões sobre a Água, um bem vital e Água Virtual, um bem econômico". Revista Fipep, v.8 nº 1. Janeiro a Junho ano 2008.
- BRAGA, Nancy G., "TSUNAMI DIGITAL: A Revolução Científica e Tecnológica" Editora Estilo, Campinas, 2005.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PELA PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO REGIONAL



GLEICY DENISE VASQUES MOREIRA

Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC/RS);
Mestre em Agronegócio (UFMS/MS); Graduada em Direito



LÍDIA MARIA RIBAS

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP. Pesquisadora e professora permanente do Mestrado em Direitos Humanos da UFMS. Líder do Grupo de Pesquisas Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável e pesquisadora no Grupo de Pesquisas - Tutela Jurídica das Empresas em face do Direito Ambiental Constitucional, ambos do CNPq.

INTRODUÇÃO

No processo de desenvolvimento de um país, a sustentabilidade aparece como fundamento para a busca de um sistema técnico que possa abranger todo o território e, também, garantir um efetivo equilíbrio, significativamente representado nas iniciativas e escolhas de políticas públicas, às forças da economia de mercado e garantam adequado desenvolvimento regional. Com isso, compreende-se que um dos grandes desafios para a economia brasileira, em pleno século XXI, é garantir que o planejamento estatal, em suas diferentes esferas, viabilize condições de maior integração entre as suas regiões.

Dessa forma, o artigo foi estruturado nas recentes contribuições teóricas que tra-

tam do planejamento regional no Brasil, por meio de um resgate histórico, com enfoque no Centro-Oeste, no contexto da atual conjuntura. Quanto às técnicas de pesquisa empregadas, utilizou-se da pesquisa descritiva e interpretativa tendo em vista que busca a compreensão das principais políticas voltadas à estruturação do planejamento público regional.

Por fim, cabe mencionar que se trata de mais uma iniciativa dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa, cadastrado no CNPQ, com a temática Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, inclusos na linha de pesquisa Direitos Fundamentais, Democracia e Desenvolvimento Sustentável, FADIR/UFMS. O que se pretende, portanto, é estimular a reflexão, pro-

blematização e compreensão acerca do Planejamento Público Regional.

O PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL E CONTEXTUALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os problemas regionais tiveram espaço dentro do Estado brasileiro desde o império, com enfrentamentos referentes a questões como a seca, a integração nacional, a industrialização, a produtividade rural, entre outros. A atuação estatal passou de ações pontuais sobre a região para Políticas de Desenvolvimento Regional, focadas na industrialização e crescimento de renda, até chegar a Políticas Regionais, em ambientes de governança e múltiplas dimensões.

Nos anos de 1980, com o advento da CF/88, em seu art. 147, consagra-se a ideia de que o planejamento é impositivo para o setor público e indicativo para o setor privado. Nos anos 1990, houve o ajuste fiscal do Estado.

Os anos 1990 transcorrem sob a égide do Consenso de Washington, em que preponderam os ideais de câmbio flutuante, controle monetário rígido, facilidades para a mobilidade de capitais, abertura de mercados, privatizações e, conseqüentemente, redução das atribuições do Estado, que deve ser o mínimo indispensável, para regular e suprir as falhas de mercado.

Nesse ambiente institucional instável, agravado por uma reforma administrativa confusa, no governo Collor, à preocupação premente de controle da inflação todos os esforços se voltaram. O planejamento, em geral, volta-se para garantir a estabilidade da moeda, e o regional passa por momento de quase completo abandono. Mesmo as instâncias regionais e estaduais de planejamento (incluídas as de caráter metropolitano) também são praticamente desmobilizadas. (MENDES & MATTEO, p. 267, 2011).

A ação do Estado se confronta com

um ambiente que deve ser pensado de forma transversal: verticalmente nos Governos (União, Estados e Municípios), horizontalmente na República (Executivo, Legislativo e Judiciário) e em toda a paraestatalidade que se encontra ao redor (movimentos sociais, ONGs, sindicatos, mercado financeiro).



A concepção de desenvolvimento regional se modificou no campo teórico, gravitando dos aportes keynesianos com foco no emprego, renda e investimentos, para aquelas que enfatizavam flexibilização do trabalho, redução de encargos e melhoria do capital humano. Para Diniz e Afonso (2006, p. 14) as principais alterações foram a incorporação de aspectos institucionais, como conhecimento, rotina e capital social; valorização da capacidade local para redução das desigualdades e a ênfase na competitividade. A inovação e o conhecimento eram elementos centrais para as regiões se diferenciarem e competirem entre si, gerando eficiência e assim desenvolvimento. (PORTUGAL, p. 14, 2018).

Nos anos 2000, recupera-se a ideia do planejamento com a figura de dois planos: O Plano Nacional de Desenvolvimento Regional e o Estudo da Dimensão Territorial do Planejamento.

Em 2003 foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – normatizada pelo Decreto nº 6.047/2007, com o objetivo de reduzir as desigualdades do nível de vida entre as regiões e equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. Nesta nova política o enfoque é de natureza multidimensional, tendo em vista o reconhecimento de que várias dimensões afetam a qualidade de vida e diferenciam as regiões e fatores como inclusão social e sustentabilidade ambiental estão ao lado de competitividade e produtividade.

Ou seja, tal tipologia parte via de regra de uma percepção do Estado o que, no entanto, não elimina as dificuldades básicas na delimitação regional, como aquelas decorrentes de situações em que a divisão regional não contemple toda a extensão de uma formação econômica específica a ser estudada (uma economia nacional, por exemplo), o que nos faz refletir sobre os critérios de definição das regiões para o planejamento público.

Dessa forma, tem-se observado, nos últimos anos, no Brasil, a ideia de que é necessário criar mecanismos que viabilizem a participação da comunidade durante os processos que impliquem a formulação, o detalhamento e a implementação das políticas públicas, ou seja, no planejamento. (SANTOS, p. 189, 2013).

Vista sob o prisma do acesso a acesso a oportunidades destacou a forma de enxergar o desenvolvimento como liberdade, que reconhece para além de capacidade econômica, outras capacidades elementares, como saber ler e evitar a fome extrema, para não haver privação de direitos.

As duas primeiras décadas do século XXI marcaram o fortalecimento dos órgãos de controle dentro do Estado, que realizam fiscalizações e avaliações periódicas sobre as políticas públicas com amplo acesso a informações e visão geral sobre elas.

“A necessidade de superar desigualdades regionais em todo território nacional é um desafio que exige um esforço sinérgico de todos os Entes Políticos de Direito Público Interno”

Desde 2009, o TCU escolheu a temática regional para fiscalizações sistemáticas da atuação do Governo Federal, o financiamento e aponta alternativas para a Política Regional, nesse sentido:

- O acórdão 2.919/2009 que sinalizou problemas e recomendou reavaliação da PNDR, realizada em 2012 pelo Ministério da Integração;
- O acórdão 1.204/2012 que avaliou temas transversais, como política econômica; infraestrutura; PAC; Copa do Mundo de 2014; desenvolvimento regional; ciência, tecnologia

e inovação expondo suas fragilidades e avanços;

- O acórdão 1.655/2017 que fez um estudo detalhado de todas as fontes de financiamento para o desenvolvimento regional que envolve o Governo Federal e não só as instituições envolvidas com a PNDR.

A necessidade de superar desigualdades regionais em todo território nacional é um desafio que exige um esforço sinérgico de todos os Entes Políticos de Direito Público Interno, com a finalidade de pactuar metas conjuntas no campo de atuação de cada pasta para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instrumentalizadas em parcerias e redes.

A governança se concretiza com a conjugação dos interesses de diversos atores, de natureza pública, privada e da sociedade civil organizada, e se articulam em direção aos seus interesses, que conjugados, podem resultar em prol do interesse coletivo, no desenvolvimento sustentável, cujos elementos importantes para a Estrutura de Governança é dar governabilidade aos agentes políticos e fortalecimento da democracia como processo de escolha de lideranças são a Gestão da Informação, a Gestão do Conhecimento e o Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Sustentável.

Esse equilíbrio na estabilidade da aplicação e nos processos de mudança das regras de concessão e operacionalização, por exemplo, requer uma governança exercida por agências, com autonomia técnica e decisória aos órgãos que as vinculam; a recomendação é que se utilize transparência nas decisões e na prestação de contas à sociedade, evitando que essa autonomia da regulação possa ser exercida de forma discricionária e se afaste dos interesses da sociedade (RIBAS; GODOY, 2013, p. 5).

Os desafios de governança no campo da sustentabilidade se devem, em particular, à complexidade do sistema federativo brasileiro;

à recente participação organizada da sociedade civil na política pública; à escassez de mecanismos de coordenação e articulação entre União, Estados e Municípios, assim como intragovernos; à estrutura específica do modelo de repartição de recursos entre as instâncias de poder; e à lógica de atuação historicamente setorial dos programas do governo federal.

Para enfrentar esses desafios é necessário se avançar na coordenação e integração das políticas setoriais no território, assim como entre as políticas federais, estaduais e municipais, assegurando a efetiva participação e controle social.

Ainda mais quando esses desafios se associam ao desenvolvimento sustentável, já consolidado como interesse geral da humanidade e ligado à solidariedade, conforme defendido anteriormente (DECARLI; RIBAS, 2019, p. 208-209) e que é diretriz para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

O desenvolvimento sustentável considera as variadas dimensões, como econômica, social, institucional, tecnológica no contexto ambiental e o Estado planeja suas políticas públicas de modo a proporcionar o desenvolvimento propugnado visando corrigir as desigualdades sociais e regionais. É por meio de sua atividade normativa e reguladora que ele pode estabelecer os limites, deveres, regras atinentes à atividade econômica, de modo a atingir o valor fundamental do desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo, portanto, foi analisar as reconfigurações do Estado brasileiro na ação sobre as regiões até chegar à atual Política Regional, com destaque para a região Centro-Oeste, por meio de uma metodologia que entende a história enquanto um processo de construções contínuas.

Assim, se estabeleceu a diferença entre Políticas de Desenvolvimento Regional e Políticas Regionais, sendo que as políticas regionais na concepção de Galvão (2013) in Portugal (2018) possuem uma concepção mais moderna de incorporar as dimensões sociais, ambientais, políticas e espaciais na ação do Estado, para diminuir as desigualdades entre as regiões, o que se ajusta aos Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil e previstos como objetivos fundamentais do desenvolvimento nacional e redução de desigualdades e regionais na CF.

Necessário se faz um esforço de descentralização territorial das políticas estaduais, com diferentes experiências de regionalização e modelos de governança, no sentido da definição de critérios técnicos que contribuam para aprimorar, harmonizar e assegurar maior estabilidade das regionalizações estaduais para efeito de planejamento e descentralização de políticas. Importante também, a troca de experiências entre os estados, estimulando o aprimoramento, ou a criação onde não houver, de mecanismos de governança sub-regionais participativos.



REFERÊNCIAS:

- BRASÍLIA. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO 2020-2023, 2019. Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/documents/20182/23261/PRDCO+-+2020+-+2023/184d49e3-0449-43f7-ab11-3e36e6df9e90>>. Acesso em 23/09/2019.
- DECARLI, G.; RIBAS, L.M. Adoção de Instrumentos de Estímulo ao Uso de Fontes Alternativas de Energia como Política Pública voltada ao Desenvolvimento Sustentável Brasileiro. In: VASCONCELOS, A. (Org.) Direito e Sociedade 3. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 206-220.
- GIOSA L., Los Presupuestos Participativos: una contribución a la Gobernanza urbana y a los objetivos de desarrollo del milenio. Cabannes, Yves; Campaña Mundial Sobre Gobernanza Urbana; ONU, 2004. <<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&ei=i1xCSpqLHqC-NNvyvMUH&sa=X&oi=spell&resnum=0&ct=result&cd=1&q=indicadores+de+governan%C3%A7a+regul+at%C3%B3ria+entre+estados+brasileiros&spell=1>> Acesso em: 24 junho 2009.
- MENDES, C. C.; MATTEO, M. Formação e Evolução do Planejamento Regional no Brasil in Economia Regional e Urbana. IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_econregionalurbanaa.pdf>. Acesso em 03/09/2019.
- PORTUGAL, R. História da Política Regional no Brasil. In: XXIII Encontro Regional de Economia, 2018, Fortaleza. Anais do XXIII Encontro Regional de Economia, 2018. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/160445/3572566/>>

O COFECON QUER CONHECER O PERFIL DAS MULHERES ECONOMISTAS E ESTUDANTES DE ECONOMIA.

Responda à pesquisa da Comissão Mulher Economista e contribua para o desenvolvimento de projetos e ações focados na temática feminina. Acesse o site do Cofecon: www.cofecon.org.br

